

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO - UFMA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS - CCH
LICENCIATURA INTERDISCIPLINAR EM ESTUDOS
AFRICANOS E AFRO-BRASILEIROS

ELISANEAS ARAUJO DA SILVA

O ESTIGMA DA COR: uma análise sobre a distinção do olhar
na representação das escravas Isaura e Rosa no romance
regionalista *A escrava Isaura*, de Bernardo Guimarães

São Luís
2024

ELISANEAS ARAUJO DA SILVA

O ESTIGMA DA COR: uma análise sobre a distinção do olhar na representação das escravas Isaura e Rosa no romance regionalista *A escrava Isaura*, de Bernardo Guimarães

Trabalho de Conclusão de Curso defendido na Licenciatura Interdisciplinar em Estudos Africanos e Afro-brasileiros da Universidade Federal do Maranhão, como requisito para obtenção do grau de Licenciada.

Orientador: Prof. Dr. Edimilson Moreira Rodrigues

São Luís
2024

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Silva, Elisaneas Araujo da.

O estigma da cor: uma análise sobre a distinção do olhar na representação das escravas Isaura e Rosa no romance regionalista A escrava Isaura, de Bernardo Guimarães / Elisaneas Araujo da Silva. - 2024.

65 f.

Orientador(a): Edimilson Moreira Rodrigues.

Monografia (Graduação) - Curso de Estudos Africanos e Afro-brasileiros, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2024.

1. Literatura. 2. Romance Regional. 3. Bernardo Guimarães. 4. Estereótipo. 5. Preconceito Racial. I. Rodrigues, Edimilson Moreira. II. Título.

ELISANEAS ARAUJO DA SILVA

O ESTIGMA DA COR: uma análise sobre a distinção do olhar na representação das escravas Isaura e Rosa no romance regionalista *A escrava Isaura*, de Bernardo Guimarães

Trabalho de Conclusão de Curso defendido na Licenciatura Interdisciplinar em Estudos Africanos e Afro-brasileiros da Universidade Federal do Maranhão, como requisito para obtenção do grau de Licenciada.

Aprovada em: ___/___/_____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Edimilson Moreira Rodrigues

Orientador

Profa. Dra. Pollyanna Gouveia Mendonça Muniz

1º Examinadora

Prof. Dr. Rosenverck Estrela Santos

2º Examinador

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por sempre estar comigo em todos os momentos da minha vida.

Agradeço ao meu falecido pai, Raimundo Nonato da Silva que, infelizmente, foi uma das vítimas da Covid-19, mas enquanto em vida almejava presenciar a conclusão de mais uma etapa da minha vida, dizia que os anos da graduação passariam rápidos, incentivava para eu não desistir e brigava comigo quando eu faltava aula. Saudades pai, a dor da sua ausência foi transformada em força para eu continuar essa jornada.

Agradeço aos meus familiares, especialmente a minha mãe, que sempre me apoiou nos estudos, inclusive na construção deste trabalho, nas longas horas de escrita pela noite, entrando pela madrugada, auxiliando com sua companhia, cuidado e ditando os textos.

Agradeço as amigas que conheci ao longo do curso, Ivoniele Nascimento e Renata Costa que “seguraram as minhas mãos e não soltaram”, no momento mais delicado da minha vida.

Agradeço ao meu orientador, Edimilson Rodrigues, pela paciência ao longo da construção deste trabalho e a todos os professores que de modo muito significativo contribuíram para a construção do meu conhecimento.

*Em nós, até a cor é um defeito,
um vício imperdoável de origem,
o estigma de um crime.*

(Luiz Gama)

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo versar sobre a distinção na representação das escravizadas Isaura e Rosa, tendo como base o romance regionalista *A escrava Isaura*, de Bernardo Guimarães. O romance narra o cativo de Isaura (personagem branqueada) e apresenta Rosa (antagonista) como a afrodescendente de pele mais escura do que a protagonista. Com base nessa perspectiva o presente trabalho averigua a distinção que envolve a construção dessas duas personagens, assim como, os estereótipos atrelados aos negros, causando estigmas aos escravizados no período do cativo e que estão presentes na obra, acentuando o preconceito racial do autor para com o negro, explicitando dessa maneira a sua visão que caracteriza o negro como inferior em relação ao cativo que apresentava o tom de pele mais clara.

Palavras-chave: literatura; romance regional; Bernardo Guimarães; estereótipo; preconceito racial.

ABSTRACT

This work aims to discuss the distinction in the representation of the enslaved women Isaura and Rosa, based on the regional novel *A escrava Isaura*, by Bernardo Guimarães. The novel narrates the captivity of Isaura (a whitened character) and presents Rosa (the antagonist) as an Afro-descendant with darker skin than the protagonist. Based on this perspective, this paper investigates the distinction that involves the construction of these two characters, as well as the stereotypes linked to blacks, causing stigmas to the enslaved during the period of captivity and that are present in the work, accentuating the author's racial prejudice against blacks, thus making explicit his view that characterizes blacks as inferior in relation to the captive who had a lighter skin tone.

Keywords: literature; regional novel; Bernardo Guimarães; stereotype; racial prejudice.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	09
2 LITERATURA: BREVE PANORAMA	10
2.1 Histórico conciso do romantismo brasileiro	15
2.2 Bernardo Guimarães: vida e obras	19
3 GÊNERO LITERÁRIO DA OBRA <i>A ESCRAVA ISAURA</i> E O CONTEXTO SOCIAL	22
3.1 Breve resumo da obra	27
4 O ESTIGMA DA COR, O BREVE CONTEXTO HISTÓRICO SOCIAL DO CATIVEIRO E O OLHAR LITERÁRIO DE BERNARDO GUIMARÃES NA OBRA <i>A ESCRAVA ISAURA</i>	36
4.1 O olhar literário distinto de Bernardo Guimarães na representação das personagens Isaura e Rosa na obra <i>A escrava Isaura</i>	54
5 CONCLUSÃO	61
REFERÊNCIAS	64

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo é sobre a distinção do olhar de Bernardo Guimarães na representação das personagens Isaura e Rosa em *A escrava Isaura*. A obra é construída de estereótipos e preconceitos contra afro-brasileiros de pele mais escura, apesar de ser apresentada ao público leitor como uma produção de cunho “abolicionista”, estigmatiza e inferioriza o negro, principal vítima do sistema escravagista.

Com efeito, o objetivo deste trabalho foi analisar esse olhar de distinção entre as personagens cativas Isaura e Rosa e apontar o preconceito racial do autor ao retratar os personagens negros. O presente estudo surgiu após uma inquietação que gerou uma reflexão crítica da obra, enquanto leitora e discente do curso de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros, o qual possibilitou esse olhar crítico em verificar nas “entrelinhas” do romance o preconceito racial de Bernardo Guimarães e sua intencionalidade em ser a favor da abolição, não da causa negra, mas do branqueamento da população, visto que, escolheu uma personagem branqueada para induzir uma compaixão a esses indivíduos e difundir a ideia de que com uma boa educação eles poderiam representar o futuro da nação, enquanto o negro não deveria ser exposto totalmente à liberdade sem haver um tutor para cuidar deles, porque segundo seu ponto de vista, eles poderiam se entregar ao vício e ao crime. Enquanto isso, Rosa foi descrita com estereótipos atrelados às mulheres negras e Isaura exaltada por ser a mulher idealizada, referente ao período do movimento romântico.

Para compreensão do tema deste estudo foram utilizadas análises de pesquisas bibliográficas de vários autores que estão alinhados ao tema da pesquisa, a exemplo dos escritores e historiadores Emília Viotti Costa, bell hooks, Laurentino Gomes e Eulálio de Oliveira Leandro. Corroboram também os estudos de Alfredo Bosi, Antonio Candido, Afrânio Coutinho, entre outros, no que tange o campo literário. Estes autores deram suportes teóricos na construção deste trabalho.

O presente estudo está organizado em partes, a primeira delas traça um breve panorama sobre o que se compreende por literatura e nesse mesmo capítulo constam apontamentos sobre o romantismo brasileiro, a vida e obras do escritor Bernardo Guimarães. No segundo momento são apontados o gênero literário da obra e o contexto social, situando o leitor sobre o momento histórico no qual *A escrava Isaura* foi escrita e consta também um breve resumo da obra.

Finalizando o estudo, é feita uma abordagem sobre o estigma da cor e um breve contexto histórico social do cativo, retratando a situação dos cativos, além de trazer a visão literária de Bernardo Guimarães sobre a escravidão. Consta também uma análise da obra sobre a distinção na representação de Rosa e Isaura por Guimarães. Para ratificar a argumentação do tema desse estudo serão transcritos para o leitor diversos trechos da obra para que possa compreender a proposta de análise deste trabalho.

2 LITERATURA: BREVE PANORAMA

Segundo Coutinho (2008, p. 23), “a literatura é um fenômeno estético. É uma arte, a arte da palavra. Não visa informar, ensinar, doutrinar, pregar, documentar. Acidentalmente, secundariamente, ela pode fazer isso, pode conter história, filosofia, ciência, religião”. Ela aborda aspectos que surgem do cotidiano, nascem de situações rotineiras da vida, ligam-se às inúmeras possibilidades de realidades e adequam-se a cada contexto, ou seja, ela consegue trazer concepções que nascem dos fatos da vida, sendo esse um dos seus principais pontos de partida. Permite que uma realidade seja recriada levando em consideração o contexto histórico – social a qual o sujeito está inserido e a partir do momento em que esse real é transfigurado e gera uma recriação, é levado em consideração o estímulo do indivíduo que pode ter sido motivado pelas artes, ciências, filosofia, religião.

Desse modo, a literatura abrange variados aspectos da vida do ser humano em distintas épocas e, por isso, definir o termo literatura não é algo simples, pois possui inúmeras definições. Restringi-lo a um único significado seria equivocado, porque é um vocábulo carregado de significados e cada período e sociedade veem a literatura de forma distinta. Portanto, para que se tenha uma melhor compreensão sobre o que ela vem ser é preciso que se faça a relação dos importantes pontos os quais complementam as reflexões que esse vocábulo dar a entender.

Inicialmente, é possível evidenciá-la como formadora do ser humano quando exprime realidades ocultas, como salienta o professor e crítico literário brasileiro, Antonio Candido:

Dado que a literatura ensina na medida em que atua com toda a sua gama, é artificial querer que ela funcione como os manuais de virtude e boa conduta. E a sociedade não pode senão escolher o que em cada momento lhe parece adaptado aos seus fins, pois mesmo as obras consideradas indispensáveis para a formação do moço trazem frequentemente aquilo que

as convenções desejariam banir [...]. É um dos meios porque o jovem entra em contato com realidades que se tenciona escamotear-lhe (Candido, 1989, p. 805).

Por esse viés é perceptível observar a força da ação da literatura no processo de construção do homem através da arte literária, pois ela “dá forma” a experiência do indivíduo quando este é transportado para a ficção, visto que a fantasia literária é que extrai do sujeito o equilíbrio psicológico, a capacidade de idealizar, amar, sonhar e despertar um imaginário do mundo em uma perspectiva mais ampla.

Um outro ponto importante que está relacionado à literatura é o aspecto social, ou seja, quando proporciona uma ação mútua entre autor e leitor, como comenta Candido (2006, p. 28), “talvez tenha sido Madame de Staél, na França, quem primeiro formulou e esboçou sistematicamente a verdade que a literatura é também um produto social, exprimindo condições de cada civilização em que ocorre”. Nesse percurso ela se revela como um aspecto social do leitor, ou seja, mostra a vivência e remete a uma identificação de realidade a qual é retratada através da ficção quando ele se depara com o texto literário.

Porém, nesse reconhecimento pode haver variações, pois a literatura possui realidades distintas e a identificação do leitor está dentro dessas perspectivas do real do qual ele faz parte. Portanto, o caráter social da literatura ocorre quando ela revela e demonstra interesse nos problemas sociais expressos através do texto literário que pode estar relacionado a uma dada época ou sociedade. Como comenta Culler (1999, p. 47), “a literatura é o ruído da cultura assim como sua informação. É uma força entrópica assim como um capital cultural. É uma escrita que exige uma leitura e envolve os leitores nos problemas de sentido”.

O autor deixa evidente que a questão social a qual se enquadra na literatura é “fruto” da leitura de mundo, no qual são expostos os problemas e os leitores são inseridos de acordo com suas realidades. Ocorrendo assim, uma interação entre ficção e realidade na intenção de evidenciar os aspectos que retrata a sociedade. Culler (1999, p. 46) também relata que a “literatura é a atividade de uma elite cultural, é o que se chama às vezes de ‘capital cultural’ [...] ajudando-o a se entrosar com pessoas de status social mais alto”. De acordo com o autor a literatura possui ainda essa função, isto é, como capital cultural ela tem esse poder de ser um artifício para as produções culturais, gerando benefícios aos sujeitos no âmbito artístico, científico e político.

Desta forma, a literatura apresenta diferentes camadas. Em outras palavras, ela possui várias definições sendo importante observar os distintos percursos nos quais ela pode se declinar, sendo assim, encontrar uma definição única é um ofício impossível. Todavia, nela serão encontrados elementos que estão entrelaçados, os quais permitirão haver uma compreensão do seu arcabouço no que toca a esfera artística, científica e política, proporcionando diferentes visões e conceituações. A literatura vai se encaixando de acordo com o contexto histórico, social e cultural e assim vai se espalhando ao redor do mundo.

No Brasil, a literatura se manifestou de forma proveniente através das literaturas da parte ocidental do continente europeu, isto é, a literatura que floresceu no país teve suas raízes baseadas nos conjuntos das literaturas ocidentais. “Assim, a literatura não ‘nasceu’ aqui: veio pronta de fora para transformar-se à medida que se formava uma sociedade nova” (Candido, 1999, p. 12). Em outros termos, os portugueses trouxeram durante o século XVI formas literárias rebuscadas com influências do Renascimento italiano. “A literatura brasileira, como as de outros países do Novo Mundo, resulta desse processo de imposição, ao longo do qual a expressão literária foi se tornando cada vez mais ajustada a uma realidade social e cultural que aos poucos definia sua particularidade” (Candido, 1999, p. 12).

Sendo assim, a literatura que foi introduzida na nação brasileira teve suas características baseadas na cultura dominante portuguesa. Ela foi um produto da colonização, a qual foi reproduzida no país como uma extensão. Devido a essa circunstância, o processo de formação da história da literatura brasileira foi desenvolvido através de uma imposição cultural e se modificou aos poucos de acordo com o momento histórico, gerando gradativamente diferente expressão literária, mas mantendo sempre uma estreita relação de dependência com os moldes da Europa.

Como comenta Candido (1999, p. 13), “com isso, desqualificou e prescreveu possíveis fermentos locais de divergência, como os idiomas, crenças e costumes dos povos indígenas e depois os dos escravos africanos”. Em síntese, foi uma literatura que desprezou e silenciou as diferentes possibilidades de expressões e visões de mundo das populações indígenas e de africanos escravizados.

No início da colonização portuguesa no Brasil do século XVI ao Reino de Portugal “cabia a tarefa sobre-humana de ocupar, defender, povoar e explorar essa terra incógnita, uma das muitas que faziam parte de sua prodigiosa expansão”

(Candido, 1999, p. 17). E isto, era feito no âmbito econômico, administrativo, religioso e militar, ou seja, o Reino português detinha o controle da “terra brasileira” advento do “descobrimento” de um território “novo” recém-“descoberto”. Os indivíduos que desembarcaram no Brasil e fizeram dessa terra o seu território sentiram necessidade a princípio em conhecer e descrever sobre esse “novo chão” e seus habitantes, os quais foram chamados de índios. Essa urgência em compreender esse espaço territorial tinha o “intuito pragmático necessário para melhor dominar e tirar proveito” (Candido, 1999, p. 17), pois era de extrema importância desenvolver um canal comunicativo para impor a ideologia colonizadora pautada no princípio da religião católica.

Cabe a esses homens, os administradores, mercadores, soldados, sacerdotes, agricultores, o feito dos primeiros escritos realizados no país e esses registros eram baseados nas descrições naturais, nos relatórios feitos para serem enviados à Coroa portuguesa ou poemas de cunho religioso com o intuito de pregação e conversão dos indígenas. Com destaque ao jesuíta José de Anchieta (1534-1597). “Considerado uma espécie de patriarca da nossa literatura” (Candido, 1999, p. 18). Esse homem religioso desenvolveu especificamente obras literárias, em quatro línguas: português, espanhol, latim e tupi, e em algumas de suas obras chegava a misturá-las.

Porém, tempos depois, no século XVIII, foi decretado que o uso da língua tupi (após os jesuítas incorporarem nela uma disciplina gramatical, essa passou a ser a principal fonte de comunicação entre os colonizadores e colonizados, sendo designada “língua geral”) era proibido, não podia ser falada nas localidades onde ela prevalecia, pois poderia ser usado apenas o idioma do colonizador, tornando a língua um instrumento de domínio e homogeneização cultural.

O primeiro poema épico escrito em português no Brasil foi a *Prosopopéia* de Bento Teixeira (1561-1618). Com o passar dos tempos os moldes de escrita mudaram, ou seja, houve uma transfiguração da realidade física, o que foi possível através da literatura, visto que, ocorreu a troca dos relatos documentais dos cronistas por uma linguagem que ornou e deu uma qualidade simbólica à flora e à fauna transpondo para os atos do homem.

Durante o século XVII a Bahia é considerada uma região culta da colônia e lá surgem “duas das maiores figuras da literatura brasileira, cuja obra até hoje permanece viva e presente: Antônio Vieira [1608-1697] e Gregório de Matos [1636-

1696]” (Candido, 1999, p. 22). O primeiro acabou se tornando uma referência da escrita clássica portuguesa, um grande orador sacro da língua. O segundo tem seus méritos, sua obra poética está no patamar elevado da literatura brasileira, desenvolveu obras em tom de denúncia, revolta, ironia, uma poesia satírica. Bosi relata que “conhecem-se as diatribes de Gregório contra algumas autoridades da colônia, mas também palavras de desprezo pelos mestiços e de cobiça pelas mulatas” (Bosi, 2006, p. 37). Sua produção literária também evidencia a aversão aos povos mestiços e sua obsessão sexual. Todavia, nesse período, tanto a vida religiosa como a civil eram as duas categorias mais marcantes e elas contribuíram para o que se pode chamar de literatura oficial e comemorativa.

No século XVIII, mais precisamente a partir de sua metade, surge um traço de uma literatura que traz o fator cultural configurado baseado no movimento das Academias e com influência da Filosofia das Luzes, propiciando uma transformação estética que se espalhou em Portugal e no Brasil, ficando conhecido como Arcadismo. E na colônia portuguesa na América (Brasil) um grupo de poetas foi inspirado por um espírito renovador literário marcado pela Arcádia Lusitana (José de Santa Rita Durão, José Basílio da Gama, Rocha Pita, Cláudio Manoel da Costa, Alvarenga Peixoto e Tomás Antônio Gonzaga).

José de Santa Rita Durão (1722-1784) escreveu o poema épico *Caramuru*, sobre o qual escreve Bosi (2006, p. 68) “o índio é matéria-prima para exemplificar certos padrões ideológicos”. Esse poema retrata o confronto entre colonizadores e indígenas, ele foi uma resposta ao poema *Uraguai*. Já o poeta José Basílio da Gama (1740-1795) autor do *Uraguai* expõe uma ideia antijesuítica. Sobre esses dois poetas comenta Candido (1999, p.31), “ambos expunham pela primeira vez um novo modo de ver o confronto entre colonizadores e indígenas”. Os dois desenvolveram seus poemas voltados para representar os choques das culturas atônitas com a destruição da vida do indígena.

Rocha Pita (1660-1738) escreveu a *História da América Portuguesa desde o ano de 1500 do seu descobrimento até o de 1724*, em cujas páginas faz um levantamento sobre a colonização, descreve sobre a natureza, da vida indígena, culto à defesa do país contra as invasões estrangeiras e o outro poeta, Cláudio Manoel da Costa (1729-1789), é considerado um poeta de transição entre o Barroco e o Arcadismo. É também “o nosso primeiro e mais acabado poeta neoclássico” (Bosi, 2006, p. 61). Suas obras abordam questões que dialogam com a colônia/

metrópole e barbárie/civilização. As obras de Alvarenga Peixoto (1742-1792) e Tomás Antônio Gonzaga (1744-1810) sofreram fortes inspirações de Cláudio Manuel da Costa. Existem semelhanças nos temas de suas obras, pois abordam conflitos e tensões, porém, Gonzaga possui vários poemas dedicados a Marília que são de cunho amoroso.

Mudanças sociais e políticas foram ocorrendo no decorrer dos anos e essas transformações provocaram um novo modo de pensar nos indivíduos. E os intelectuais da época tiveram uma participação bastante ativa nos fatos históricos ocorridos no campo social e político. O século XVIII provocou mudanças de cenários e o estilo literário obteve um novo modelo estético, houve uma ruptura estética. O Arcadismo dá passagem para uma nova escola literária a qual valoriza uma poesia patriótica, um nacionalismo mais aguçado e um sentimentalismo exacerbado, eis que surge o Romantismo. Tanto o Arcadismo como o Romantismo colaboraram para uma formação do sistema literário e o desejo em ser desenvolvida uma produção literária na pátria.

2.1 Histórico conciso do romantismo brasileiro

O Romantismo não se pode conceituar de forma unívoca, não possui uma definição simples. Como aponta Alfredo Bosi “à falta de uma definição que abrace, no contorno de uma frase, a riqueza de motivos e de temas do movimento, é comum recorrer ao simples elenco destes, ocultando no mosaico da análise a impotência da síntese” (Bosi, 2006, p. 91). Em outras palavras, é necessário observar os vários vieses que estão ligados aos contextos nas diferentes abordagens de agrupamentos e peculiaridades do complexo romântico. Seja no estilo, no sócio – cultural e histórico, isto é, envolve um entendimento global e isso é que irá encaminhar para uma gênese de interpretações sobre o que foi o movimento romântico.

Segundo pressupõe Guinsburg (2005), “o Romantismo é um elemento histórico e pode ser considerado um produto sociocultural, porque está vinculado a duas ocorrências importantes que impactaram a história: a Revolução Industrial e a Revolução Francesa”. Esses dois fatores históricos são apontados como processos geradores de mudanças na sociedade moderna, os quais possibilitaram novas concepções de ideias que abalaram as instituições políticas convencionais.

O movimento romântico ocorreu no ano de 1800, na Alemanha, e depois conquistou a Inglaterra, em 1820, chegou à França e se expandiu de forma

universal, abrindo novos horizontes, provocando rupturas aos padrões clássicos e com isso, surgiu uma nova escrita literária, que exprime o sentimento saudosista, subjetivista, individualista e sentimentalista.

Candido (1999, p. 38) ressalta que, “no Romantismo predomina a dimensão mais localista, com o esforço de ser diferente, afirmar a peculiaridade, criar uma expressão nova e se possível única, para manifestar a singularidade do país e do Eu”. Dessa forma, a literatura ganha um novo sentido, passa por modificações conscientes que proporcionam o nascimento de novas concepções literárias, surgindo expressões de sentimentos que estão ligados às tradições e aos símbolos. Todavia, os símbolos e as tradições desempenharam um papel importante para a natureza romântica, pois através deles os poetas se inspiravam e escreviam suas obras. Porém, “o Romantismo dinamizou grandes mitos: a nação e o herói” (Bosi, 2006, p. 95). A nação caracterizada por um patriotismo eminente do século XIX voltado para as “glórias do passado” e o herói como um executor de missões, um ser que carregava as verdades e por isso era exaltado.

No Brasil, dois eventos foram importantes para a incorporação do Romantismo: a vinda da Família Real Portuguesa, em 1808, e a Proclamação da Independência. Esses dois eventos foram marcantes para a vida literária brasileira, como afirmam Kaviski; Fumaneri:

Dois eventos históricos contribuíram para que essas condições estabelecessem por definitivo na vida brasileira. O primeiro evento corresponde à vinda da família real portuguesa para o Brasil em 1808. Trata-se de um momento decisivo de nossa história, pois a transferência da família real implicou uma mudança significativa na relação Brasil-Portugal (Kaviski; Fumaneri, 2014, p. 73-74)

Com a vinda da Família Real Portuguesa houve transformações no país e “acelerou o ritmo do progresso, inclusive o intelectual” (Candido, 1999, p. 35). Pois houve o surgimento da imprensa, começando assim, a era da tipografia. Logo, livros foram impressos e houve publicações de periódicos, surgindo uma grande parcela de públicos leitores. A prosa romântica e a poesia conseguem espaços nas produções literárias do período e foram sendo publicados em periódicos conhecidos como “folhetins”. Conforme o dicionário de Gama Kury da Língua Portuguesa descreve folhetim como:

1. Seção literária de um periódico destinada a artigos de crítica, revista de acontecimentos, de teatro, cinema etc. 2. Romance que se publica em episódios num jornal. É no Rio de Janeiro onde surge um grande grupo de

leitores, formados por mulheres e jovens estudantes de classes burguesas em ascensão (Kury, 2007, p. 490)

A linguagem abordada no folhetim não era rebuscada, dirigia-se a um vasto público que incluía os jovens, mulheres e numerosos semiletrados. Esse novo público de leitores buscava alguma forma de se entreter e o folhetim “cumpriu o seu papel” servindo como fuga para as distrações desses sujeitos.

A Proclamação da Independência, ocorrida no ano de 1822, foi um momento histórico marcante no país e esse evento consolidou a literatura de caráter nacional. Visto que, as questões políticas, econômicas e alguns fatores históricos despertaram nos brasileiros uma consciência nacionalista. Candido relata que:

Nesses acontecimentos os intelectuais tiveram papel importante e a literatura adquiriu novas tonalidades, com a poesia patriótica, o ensaio político, o sermão nacionalista, fazendo dessa fase entre o fim do século XVIII e o advento do Romantismo, nos anos de 1830, um momento de intensa participação das letras (Candido, 1999, p. 36).

Houve a partir desse momento um sentimento de intensa valorização para os aspectos nacionais. E esse período foi benéfico para a literatura, pois o sentimento de patriotismo estava em voga, principalmente porque resgatava os temas que estavam relacionados com a história nacional, os fatos e figuras que representavam o país, eles eram bastante aceitos, de modo que, houve definitivamente uma ruptura com os padrões portugueses. Para Candido (1975, p. 303) houve uma “vontade consciente de definir no Brasil uma literatura independente, exprimindo ao seu modo os temas, problemas e sentimentos da jovem nação”. A nação deveria elaborar uma literatura própria, que fosse motivada pelo espírito de valorização nacionalista na qual fosse focada de forma nítida a “alma brasileira”.

O livro *Suspiros poéticos e saudades* de Gonçalves de Magalhães (1811-1882) é considerado como a principal obra introdutória do movimento romântico no Brasil. Mas o primeiro romance romântico brasileiro foi *O filho do pescador* de Teixeira e Sousa (1812-1861) e foi através dele que o Romantismo deu seus passos para a narração, ferramenta perfeita para examinar a vida e o pensamento da iniciante sociedade brasileira.

Todavia, houve um outro fator também importante para que o Romantismo chegasse ao país, que foi a Revista Niterói, tendo as participações de Manuel Araújo Porto Alegre (1806-1879), Francisco de Sales Torres Homem (1812-

1876) e Antônio Joaquim Pereira da Silva (1876-1944). Eles são responsáveis pela divulgação dos ideais românticos.

O poeta desse período escrevia suas poesias de maneira mais simples, desfrutava de liberdade para escrever, pois não havia uma preocupação pela estética. Nesse momento surge o gosto pelas temáticas indígenas, os costumes da sociedade, sertanejo, culto à natureza, temáticas bastante exploradas pelos escritores dessa época. O indianismo chega a ser o ponto central com “o índio, fonte da nobreza nacional” (Bosi, 2006, p. 100). Confirmando assim, o indígena como a figura do herói nacional. Em concordância com Alfredo Bosi, Kaviski e Fumaneri comentam que “o sentimento nacionalista colou-se quase imediatamente na figura do indígena como elemento particularizador da identidade nacional” (Kaviski; Fumaneri, 2014, p. 80). O indígena ganha uma valorização nacional e passa a ser simbolizado nas obras romanescas brasileiras, pois é considerado como a figura heroica da nação.

O Romantismo brasileiro é pautado em três divisões, ou melhor, é dividido em três gerações e cada uma delas possui características próprias que sinalizam cada momento e suas especificidades. A primeira geração é comprometida com os temas nacionalistas (indianista), a segunda é marcada pelos poetas ultrarromânticos (mal do século) e a terceira geração é voltada para a poesia social conhecida como candoreira.

Os principais poetas que marcaram a primeira geração romântica são Gonçalves de Magalhães, Manuel Araújo Porto Alegre e o maranhense Gonçalves Dias (poeta indianista de imenso valor para a literatura brasileira) e na prosa destacam-se Teixeira e Sousa e Joaquim Manoel de Macedo. Já Martins Pena é a figura representante do teatro. De acordo com Kaviski e Fumaneri (2014) esse grupo se consolidou devido à grande ajuda do imperador D. Pedro II que os incentivou a focarem em temas nacionais em suas obras, eles receberam um respaldo financeiro e foi concedido a eles títulos de nobreza. Essa primeira geração romântica instituiu uma literatura puramente nacional.

Os ultrarromânticos são pertencentes à segunda geração, conhecidos como a geração do mal do século. Os seus representantes são Álvares de Azevedo, Junqueira Freire, Laurindo Rabelo, Aureliano Lessa e Casemiro de Abreu. Eles foram influenciados pelo estilo byroniano. Já Álvares de Azevedo é considerado um importante escritor do seu grupo como relata Bosi (2006, p. 110), “merece prioridade,

pois foi o escritor mais bem dotado de sua geração”. Merecimento graças a sua genialidade e suas obras revelam um tom crítico e artístico, exprimindo uma poesia lírica sentimental ou lírica satírica.

Em 1860 floresce nos romancistas a vontade de escrever suas obras abordando outras realidades do Brasil. Fizeram uma espécie de “topografia” da nação e esses poetas são: Manoel Antonio de Almeida, Bernardo Guimarães e José de Alencar. Todavia, o escritor José de Alencar é considerado o principal representante do romance nacional e o romance brasileiro se tornou o principal gênero literário do século XIX, devido a sua extraordinária capacidade intelectual.

Bernardo Guimarães descreve em seus romances os aspectos rurais, as cidades de Minas Gerais e Goiás. No próximo tópico será explanado sobre sua vida e obras e o romance *A escrava Isaura*, de 1875, (“romance considerado abolicionista”) obra aqui analisada, em especial, a crítica em relação à distinção do olhar do autor ao representar as escravizadas Isaura e Rosa em relação aos estigmas da cor de pele, aspecto este que será explanado mais à frente.

A última fase do romantismo brasileiro é a terceira geração conhecida como candoreira. Nesse período estão ocorrendo transformações econômicas e sociais no país o qual está passando por momentos de crise da monarquia, abolição da escravatura, proclamação da república e a guerra do Paraguai. Neste caos instalado eis que surgem novos poetas como Castro Alves, Fagundes Varela, Tobias Barreto, Luis Guimarães Júnior, Sousândrade e Machado de Assis. Esse grupo de poetas fazia reuniões, assembleias e comícios, nos quais abordavam os ideais políticos e abolicionistas.

Dessa forma, o romance passou a conter uma temática muito crítica e realista da sociedade da época, como forma de denúncia sobre as hipocrisias e os costumes burgueses, ou seja, uma denúncia social foi retratada nas obras dos autores pertencentes a esse grupo, onde eram colocados os sentimentos liberais e ideais abolicionistas.

2.2 Bernardo Guimarães: vida e obras

Na cidade de Ouro Preto, Minas Gerais, nascia Bernardo Joaquim da Silva Guimarães, em 15 de agosto de 1825. Filho de Joaquim da Silva Guimarães e Costança Beatriz de Oliveira. Ainda pequeno, aos quatro anos de idade, mudou-se com a família para a cidade de Uberaba, e nessa cidade iniciou sua vida estudantil.

Anos depois, a pedido do pai, foi para um seminário na cidade de Campo Belo, situada também em Minas Gerais. Guimarães, entretanto, concluiu o curso de Humanidades em Ouro Preto, e no ano de 1847, na cidade de São Paulo, Bernardo Guimarães matricula-se na Faculdade de Direito, nesse local, conhece os escritores Álvares de Azevedo e Aureliano Lessa os quais foram amigos íntimos do escritor. Posteriormente, os amigos se juntam com outros jovens estudantes e fundam a “Sociedade de Epicureia”. Os membros dessa sociedade nomeavam-se de acordo com os nomes dos personagens produzido por Lord Byron, o principal objetivo era pôr em ação as fantasias românticas do inglês.

Durante sua vida estudantil em São Paulo, teve a companhia do escravizado chamado Ambrósio, “presente” “dado” pelo seu pai para ajudar a custear as despesas referentes ao seu estudo. Ambrósio, desempenhava a função de escravo de ganho, ele era hábil quitandeiro e o lucro que era obtido através da vendinha de guloseimas era repartido com Bernardo Guimarães.

O escritor conclui a faculdade de Direito no ano de 1852 (ano que publicou o seu primeiro livro *Cantos da Solidão*), e depois chegou a exercer o cargo de juiz municipal em Catalão-GO, cargo este, ocupado por duas vezes, sendo que, na sua segunda vez acabou se envolvendo em um caso polêmico que envolvia a liberação de alguns presos. Entretanto, o processo que foi movido pelo prefeito da província não chegou a ir adiante, porque houve a substituição do prefeito que era aliado ao partido conservador.

O escritor sertanista vai morar na Corte (Rio de Janeiro) no ano de 1859 e lá vai trabalhar no jornal *Actualidade*, desempenhando a função de jornalista, local este, que o fez produzir artigos sobre crítica literária. No ano de 1867, Bernardo Guimarães, aos 42 anos, casa-se, em Ouro Preto, com D. Tereza Gomes de Lima, e dessa relação nasceram oito filhos. Um ano antes desse enlace, era professor de retórica e anos depois foi de poética, latim e francês.

No ano de 1869, os temas eróticos e até o satanismo eram características presentes em suas obras, porém foram perdendo espaço para o nacionalismo literário que está fulgente neste período, era um projeto que buscava a identidade do país, levando em consideração os lugares, os fatos e os costumes. O autor deixa-se influenciar por esse projeto nacionalista e penetra nos padrões do lirismo declamatório ou sentimental.

O Brasil nessa mesma época está passando pelo fervor da campanha abolicionista e neste quadro, Bernardo Guimarães, é influenciado pelos ideais do momento, quando é despertado o comprometimento com o social e ideias abolicionistas, lança o romance *A Escrava Isaura*, em 1875. O romance aborda o cativo de Isaura, uma escrava branca, que passa por momentos de angústias causados pelo seu algoz, Leôncio Almeida. O resumo da obra será abordado de maneira mais aprofundada em um capítulo mais a frente deste estudo.

O romancista produziu muitos escritos, além das críticas que publicou em jornais, ele foi poeta, romancista e dramaturgo. Para Candido (1999, p. 46), Bernardo Guimarães “foi um dos mais destacados representantes do regionalismo daquele tempo, além de poeta de certo valor, sobretudo alguns poemas obscenos, caricaturais ou antifigúricos”.

As obras do escritor regionalista englobam tons irônicos, satíricos e obscenos. Todavia, sua produção literária pode ser dividida em dois períodos que compreendem os anos de 1853 a 1870, como poeta, e de 1871 até 1883, como romancista. Conforme Bosi “o regionalismo de Bernardo Guimarães mistura elementos tomados à narrativa oral, os ‘causos’ e as ‘estórias’ de Minas e Goiás, com uma boa dose de idealização” (Bosi, 2006, p. 142).

Guimarães como romancista, produziu romances regionalistas e essa característica marcou esse estilo de romance no século XIX, e tinha como finalidade mostrar os aspectos do Brasil, que até então, eram desconhecidos por uma grande parcela da população brasileira. Dessa forma, os autores exaltavam a cultura regional e davam um certo protagonismo aos habitantes do meio rural, em oposição ao ambiente urbano.

A vida literária de Bernardo Guimarães é vasta. Destacam-se no gênero poesia: *Cantos da solidão* (1852), *Inspirações da tarde* (1858), *Poesias diversas* (1865), *Novas poesias* (1876) e *Folhas de outono* (1883). Dos romances: *O ermitão Muquém* (1869), *O garimpeiro* (1872), *O índio Afonso* (1872) e *A Escrava Isaura* (1875), *Maurício ou Os paulistas em São João del Rei* (1877), *A filha maldita ou a Filha das ondas* (1879), *Rosaura, a enjeitada* (1883) e *O bandido do rio das Mortes* (1904); no teatro: *A voz do pajé* (1860), *Os inconfidentes* (1865), *Os dois recrutados* (1870), *As nereidas de Vila Rica ou as faces da liberdade* (1870). Contos: *Lendas e romances* (1871), *Histórias e tradições da província de Minas Gerais* (1872) – obra

composta de três contos – *A cabeça do Tiradentes*, *A filha do fazendeiro* e *Jupira* (1872) –, *Pão de ouro* (1879) e *Danças dos ossos* (1871).

As obras mais lidas do romancista sertanista são *O seminarista* e o romance regionalista *A Escrava Isaura*, que é objeto de estudo deste trabalho. No próximo capítulo serão abordados o gênero literário dessa obra e o contexto social. Bernardo Guimarães falece no dia 10 de março de 1884, na cidade de Ouro Preto, em Minas Gerais. Deixando um legado para literatura nacional, sendo reconhecido como patrono da cadeira nº 5 da Academia Brasileira de Letras.

3 GÊNERO LITERÁRIO DA OBRA A ESCRAVA ISAURA E O CONTEXTO SOCIAL

O gênero literário “romance” passou por vários percalços para poder se consolidar e em meados do século XVIII (período moderno) provocou uma enorme agitação no universo das letras. Esse gênero foi notado em 1740, ano da publicação de *Pamela*, de Samuel Richardson, e “o termo ‘romance’ só se consagrou no final do século XVIII” (Watt, 2007, p. 12). Época em que houve uma “revolução” no mundo das letras.

O estranhamento causado por esse novo gênero literário provocou controvérsias que resultaram em extensos e fortes atritos relacionados a ele. Por um lado, tinha os defensores do romance, e do outro, estava a oposição dos críticos do gênero que temiam que houvesse uma rebeldia por parte dos jovens ao consumir essas leituras. Nesse embate é desenvolvida uma atividade reflexiva em volta do gênero e ele passou a se expandir de forma admirável, adentrando no espaço dos periódicos e revistas literárias do continente europeu, conquistando assim, os leitores.

Por ser novidade, surgiram incógnitas que levavam à discussão sobre qual seria a característica identitária do romance, qual o seria, se estilo de escrita, o que de fato seria esse gênero, qual ligação teria com os outros gêneros, como se comportariam o romancista, o leitor e os incômodos éticos causados pela exposição no enredo. Essa atividade reflexiva proposta pelos escritores Defoe, Richardson ou Fielding foi propícia, pois, criou uma atmosfera que possibilitou a criação do gênero romance, a sua história e crítica, porém os julgamentos ao gênero não pararam de acontecer.

Na perspectiva de Abreu (2005, p. 2) “a leitura dos romances era tida como grande perigo, pois fazia com que se perdesse tempo precioso, como que se

corrompesse o gosto e com que tomasse contato com situações moralmente condenáveis”. O tempo perdido dedicado à leitura do romance era o principal assunto em discussão, as horas livres eram preciosas demais para ser desperdiçadas em leituras consideradas fúteis, as quais, abordavam temas moralmente reprováveis, isto é, nos romances apareciam a tônica sobre adultério, crimes, sedução e que poderia provocar nos leitores, desejos e curiosidades, despertando neles sensações não recomendáveis em vista da moral propagada na época. E os romances, em alguns casos, deturpavam os valores morais, nos folhetins as representações do crime passam a ser retratadas como ato de fraqueza do ser humano, a castidade como algo não muito valorado e a sedução como parte do jogo de amor.

Acreditava-se que essas novas abordagens que o romance proporcionava eram perigosas ao público feminino, como comenta Abreu (2005, p. 3) “seres governados pela imaginação, inclinados ao prazer, e sem ocupações sólidas que as afastassem das desordens do coração”. A ideia que se tinha era que a prática da leitura de romance, levaria a um desencadeamento de sentimentos, imaginações e depravações.

Por ser incorporado recente no cenário literário, o romance deveria ter um caráter digno de ser visto como um gênero com tradição e nobreza de estilo, porque na época, essas duas características eram requisitos primordiais, estavam relacionadas aos padrões clássicos da Poética e Retórica. “O primeiro grande desafio a esse tradicionalismo partiu do romance, cujo critério fundamental era a finalidade à experiência individual, a qual é sempre única e, portanto, nova” (Watt, 2007, p. 15). Enquanto a visão estava voltada para o estilo dos clássicos, o romance era visto como literatura inferior, mas o gênero foi consolidado e valorizado devido a sua originalidade e por ser novidade, pautado no individualismo. Como ressalta Bosi (2006, p. 93), “o fulcro da visão romântica do mundo é o sujeito”. Experiência esta que ainda não era aplicada às práticas tradicionais.

Corroborando o pensamento de Bosi, Watt (2007, p. 14) aponta que “o romance é a forma literária que reflete mais plenamente essa reorientação individualista e inovadora”. Ou seja, as formas literárias que evocavam os padrões clássicos tinham como base as fábulas e histórias, contendo enredos de epopeia clássica e renascentista e o romance vai trazer uma característica nova, a qual vai

valorizar o individualismo, algo bastante inovador nas letras e o romance passa a se sobressair em meio ao apego pelo clássico.

O uso de enredos não tradicionais perdurou até depois de Defoe, Richardson e Fielding. “A leitura de romance traz à baila discussões de natureza ética, religiosa, intelectual e estética tanto mais acaloradas quanto mais se percebem a disseminação do gênero e sua influência sobre os leitores” (Abreu, 2005, p. 7). Isto quer dizer que as temáticas abordadas nos textos ganharam cada vez mais a aceitação do público leitor, mesmo gerando acaloradas discussões.

As publicações de romances começam a se disseminar durante o século XVIII na Inglaterra e por não seguir os modelos clássicos elas acabaram criando um laço de afinidade com o público leitor, por abordar assuntos do cotidiano da sociedade e das paixões movidas por suspiros ou não. O gênero passou a ser consumido por qualquer pessoa por possuir uma linguagem simples, “falava a língua do povo” e por incorporar também dois aspectos de extrema importância que surgiram a partir dos textos a “caracterização e apresentação do ambiente, certamente o romance se diferencia dos outros gêneros e de formas anteriores de ficção pelo grau de atenção que dispensa à individualização das personagens e à detalhada apresentação de seu ambiente” (Watt, 2007, p. 19).

Os escritores incorporaram esses novos elementos, dando assim, uma certa singularidade ao gênero, o detalhamento do personagem passou a ser feito de maneira mais real, ou seja, para estruturar de vez a relação com o leitor, os escritores inovaram ao batizarem seus personagens com nomes de pessoas comuns encontrados em uma dada sociedade. Como afirma Watt (2007, p. 20), ao “batizarem suas personagens de modo a sugerir que fossem encaradas como indivíduos particulares no contexto social contemporâneo”.

O tempo será um outro fator importante, pois não é mais utilizada a cronologia reduzida, que é encontrada nas tragédias, o tempo passa a ser coordenado pelo período de vinte e quatro horas. Contudo, o espaço entra em ação nos textos, isto é, Daniel Defoe passa a incorporar o detalhamento do espaço nos textos e depois Samuel Richardson aperfeiçoou a “técnica” ao descrever de modo minucioso os espaços interiores em suas obras. Ele acabou influenciando Honoré de Balzac, Charles Dickens e Gustav Flaubert que abordaram em seus romances o detalhamento dos espaços naturais.

O romance é consolidado no século XIX, período este, que ocorreu grandes transformações políticas, sociais e econômicas, o gênero ganhou a admiração da classe dominante da época (burguesia) os leitores aproveitaram a moda da cultura burguesa e passaram a consumir, ou seja, o romance foi transformado em produto rentável e de bastante circulação de vendas de jornais devido aos folhetins, que continham histórias românticas e as publicações seguiam uma sequência, os leitores ávidos para saber o desfecho dos personagens acabavam acompanhando o desenrolar da história até o final.

Portanto, foi nessa atmosfera burguesa que o romance encontrou o seu espaço, tornando-se um dos principais produtos de comercialização. Nesta época surgiram escritores que se deixaram levar pelo “espírito romântico” e um deles foi Honoré de Balzac, considerado um dos mais importantes escritores do romantismo francês e sua obra *A comédia humana* traz detalhamentos minuciosos sobre o século XIX do seu país.

O romance chega ao Brasil no século XIX, com a vinda de Dom João VI, que procurou refúgio na colônia. O país durante esse período era regido pelo sistema monárquico e com a vinda da Família Real a imprensa foi introduzida nesse território e a leitura de romance passou a ser disseminada no espaço brasileiro. Em 1822 ocorreu a Independência do Brasil e nesse cenário surge a vontade de criar uma literatura própria, desse modo, o projeto literário brasileiro foi pensado e desenvolvido levando em consideração a cor local, algo que representasse o país, criando assim, o pensamento de identidade nacional.

Entretanto, foi a partir do ano de 1840, que escritores como Franklin Távora, Joaquim Manoel de Macedo e José de Alencar, que tem “o lugar de centro, pela natureza e extensão da obra que produziu, viria a caber com toda justiça a José de Alencar” (Bosi, 2006, p. 134). As suas obras versam sobre temas nacionais que explicitam de forma sensíveis o modo de vida brasileira, seja no âmbito urbano, campo e sertão. E Bernardo Guimarães, escritor que também vem compor o quadro literário brasileiro, um romancista sertanista que aborda em seus romances características regionais. *O ermitão de Muquém* foi o seu primeiro romance e de acordo com Bosi (2006, p. 141), é um “romance realista e de costume”. Uma obra que fala sobre a fundação da romaria de Muquém, na província de Goiás.

Ressalta-se que outros autores conseguiram destaques na literatura oitocentista brasileira, retratando nos seus romances os aspectos característicos do

país e visões sobre a sociedade da época. Na visão de Bosi (2006, p. 97), “o romance foi, a partir do Romantismo, excelente índice dos interesses da sociedade culta e semiculta do Ocidente. A sua relevância no século XIX se compararia, hoje, à do cinema e da televisão”. Os romances produzidos no Brasil ou no exterior foram realizados de modo impactantes e inovadores, o espírito literário romântico conseguiu influenciar escritores e leitores ao deleite do romance.

Contudo, é de suma importância versar sobre esse gênero literário, conhecendo o contexto social da época a qual ocorreu a sua ascensão. Anteriormente foi mencionado que o romance ganhou seu devido espaço através da burguesia, classe dominante da época. Essa classe social era quem detinha o poderio, porém, seus passos para galgar esse espaço de classe dominante, começaram a ser articulados durante a Idade Média, no século XVIII.

A França foi palco para a burguesia demonstrar sua influência, ela foi responsável por promover uma revolução que chega a ser um marco histórico conhecido como Revolução Francesa, marcando o fim do sistema absolutista daquele país. Todavia, na Inglaterra o cenário foi outro, os burgueses almejavam por poder político e econômico, muito antes que na França. Essa reivindicação ocorreu durante o século XVII, a luta foi enfraquecendo o poder monárquico inglês e com esse sistema enfraquecido ficou fácil para se projetarem na política e economia. Ao final do século XVIII, o romance já estava começando a ser notado como um gênero literário de valor e ao mesmo tempo acontecia a plena expansão burguesa (Castilho, 2014).

O cenário econômico nesse período estava sendo alinhado pela burguesia, a Europa foi o modelo de reprodução de novos costumes que iam surgindo conforme a sociedade burguesa ia se consolidando, e o romance passa a ser englobado na cultura burguesa, pois as obras abordavam os valores dessa sociedade. Desse modo, eram explícitos os valores, gostos, defeitos e hipocrisias, tudo que estava relacionado ao mundo burguês. Os romances produzidos nessa época passaram a ser um produto rentável.

No Brasil, a burguesia se consolidou de modo distinto ao ser comparado com os acontecimentos ocorrido na Europa que deram a essa classe o seu poderio. No país a classe burguesa não promoveu uma revolução, porque já estava consolidada no poder e não poderia estar ativa em movimentos políticos de massas, pois era um perigo para a sua soberania, poderia desencadear uma reação por parte

do proletariado. Entretanto, a burguesia não ficou na neutralidade no país, ela participou dos eventos que geraram transformações graduais na sociedade como o fim da escravidão no ano de 1888, e do Império, em 1889.

Antes que fosse decretado o fim do sistema escravagista no país, houve intensas campanhas abolicionistas, porque o progresso que estava em vista para a nação não condizia com a situação da escravidão, pois esse sistema demonstrava atrasos, era um retrocesso que não combinava com os novos “ares” de uma nação em busca de desenvolvimento.

O mundo das letras foi o espaço para que as campanhas abolicionistas acontecessem intensamente, as penas dos romancistas foram uma ferramenta usada para divulgar as ideias de abolição, as obras foram escritas para chamar a atenção para esse sistema que evidenciava uma degradação em meio ao progresso. Um desses escritores foi Bernardo Guimarães, autor do romance, *A escrava Isaura*, uma literatura considerada “abolicionista”, que traz a história de Isaura, uma escrava branca que sofre com o sistema escravista e com as investidas de Leôncio - o fazendeiro que tem a sua posse.

O tema abolicionista estava em voga na sociedade oitocentista e com a inserção da imprensa no país, os cidadãos brasileiros tiveram alcance à leitura do gênero romance que a essa altura, já tinha implantado os costumes e a vida social burgueses. Foi a partir desse período e com o romance que o sistema literário brasileiro obteve sua consolidação. “Gênero entre todos contemplado foi o romance”, (Bosi, 2006, p. 97). Período que ocorreu grandes transformações políticas, sociais e econômicas que consolidaram a independência da nação e o romance foi o gênero literário que entre todos antes dele, firmou o status de uma literatura própria para o país, ou seja, de caráter puramente nacional.

3.1 Breve resumo da obra

O romance regionalista *A Escrava Isaura*, publicado no ano de 1875, lançou o escritor romancista Bernardo Guimarães ao patamar de destaque no cenário da literatura nacional. A obra tem como enredo central a história de amor entre Isaura e Álvaro, tendo o regime escravocrata como tema norteador do romance.

A narrativa se passa no período inicial do reinado de Dom Pedro II (1840), como reporta a seguinte passagem na obra “Era nos primeiros anos do reinado do

Sr. Dom Pedro II” (Guimarães, 2009 , p. 7). O leitor é situado ao período histórico em que a obra é desenvolvida, além de haver a descrição espacial do cenário. “No fértil e opulento município de Campos de Goitacases, à margem do Paraíba, a pouca distância da vila de campos, havia uma linda e magnífica fazenda (Guimarães, 2009, p. 7). Há uma explanação sobre os encantos naturais do local, sendo esta, umas das características marcantes da literatura romântica. Ao escrever a obra, o romancista faz uso de uma linguagem simples, a linguagem do Brasil rural. Conforme cita a obra “Arre! Que tagarelice!... Parece que aqui só se trabalha de língua” (Guimarães, 2009 , p. 43). O autor utiliza a expressão para poder ressaltar o jeito de falar do brasileiro que vive no meio rural.

Depois das descrições dos atrativos naturais do lugar para o público leitor é a vez de ser apresentada a protagonista da história nas primeiras páginas do romance “Acha-se ali sozinha e sentada ao piano uma bela e nobre figura de moça. As linhas de perfil desenhavam-se distintamente entre o ébano da caixa do piano e as bastas madeixas ainda mais negras do que ele [...]” (Guimarães, 2009, p. 9). Isaura é descrita como uma figura feminina formosa, que tem a pele branca e cabelos negros, ela se encontra tocando piano, entoando uma cantiga que lamenta o cativo, situação essa, vivida pela protagonista.

Entra em cena outra figura feminina, que embora seja bonita e muito elegante, não chega a ter a beleza de Isaura, como aponta o autor “Mas com todo esse luxo e donaire de grande senhora nem por isso sua grande beleza deixava de ficar algum tempo eclipsada em presença das formas puras e corretas [...] e modesto ademanos da cantora” (Guimarães, 2009, p. 10). Malvina, surge no cenário para repreender a escrava Isaura, por estar cantando uma canção tão triste, ela acredita que Isaura esteja apaixonada e por isso promete a liberdade, porém irá pedir a Leôncio.

Leôncio era filho do comendador Almeida, proprietário da fazenda, porém vivia mais na Corte. Filho único do comendador, Leôncio desde jovem já apresentava ser insubordinado, devasso e relaxado nos estudos, não chegou a concluir nenhum curso que o seu pai custeou. O comendador percebendo que seu filho só estava apenas gastando sua fortuna não confiou a Leôncio mais dinheiro para suas empreitadas.

Malvina já estava prometida em casamento para Leôncio, acordo este, que teve consentimentos dos pais de ambos, prática comum na sociedade

burguesa, casar seus filhos mediante a interesses financeiros. Leôncio “olhou para o casamento como o meio mais suave e natural de adquirir fortuna, como a única carreira que se lhe oferecia para ter dinheiro a esbanjar a seu bel – prazer” (Guimarães, 2009, p. 14).

Dias após o casamento, a mãe de Leôncio veio a falecer. E em vida lamentava o fato de não ter gerado uma filha e de ter perdido, ainda na infância, seus outros filhos, restando apenas Leôncio. Ela acabou adotando a filha de uma escrava de sua fazenda, que nascera branca (Isaura). A mãe de Isaura, era a escrava Juliana, ela era perseguida pelo comendador Almeida e por muito tempo conseguiu resistir as investidas libidinosas do comendador. E como forma de castigo, ele exilou Juliana para a senzala. Ela teve um envolvimento com o feitor da fazenda, chamado Miguel e acabou engravidando de Isaura. Logo após o nascimento da criança a sua mãe veio a falecer, devido aos intensos castigos por parte do seu proprietário.

Depois dessa infelicidade de destino, a criança foi criada pela mulher do comendador. “Levantou ao céu os olhos banhados em lágrimas e jurou pela alma da infeliz mulata encarregar-se do futuro de Isaura, criá-la como se fosse uma filha” (Guimarães, 2009, p. 16). A mãe de Leôncio criou sentimentos por Isaura, e conforme ela ia crescendo recebia boa educação temia em dar a liberdade de Isaura, por medo de perder sua adorável companhia. Mas antes de morrer, a esposa do comendador confidenciou a sua nora Malvina que gostaria de alforriar Isaura, porém chegou a falecer antes de cumprir o seu desejo e sua nora prometeu cumprir com o querer da sogra, iria falar com Leôncio a respeito da liberdade de Isaura.

Malvina recebeu em sua casa a visita de seu irmão Henrique que chegou junto com Leôncio na fazenda. Ao olhar Isaura, Henrique ficou encantado pela escrava branca e no dia posterior da sua chegada, no período da manhã, Henrique confessou a Isaura as suas intenções “acharás em mim um amante extremoso, que sempre te há de querer e nunca te trocará por quanta moça há por esse mundo, por bonita e rica que seja, porque tu só vales mais que todas elas juntas” (Guimarães, 2009, p. 22). Isaura rejeitou as investidas do jovem Henrique.

Leôncio também tinha interesses sexuais por Isaura e não aceitava a ideia de deixá-la livre. Ela temia que seu destino poderia ser igual ao da sua mãe. Seu pai era um simples jornalista e ainda não tinha conseguido arrecadar o valor

referente à liberdade da filha, quantia esta, que foi estipulada pelo comendador Almeida, o proprietário de Isaura.

Malvina flagra Leôncio assediando Isaura como cita a obra. “Isaura! Ó minha Isaura, exclamou Leôncio, saindo da alcova, avançando com braços abertos para a rapariga [...] um ai agudo e pungente ecoou pelo salão [...] tinha avistado malvina”.

Leôncio fica atônito com a situação e sai a cavalgar, Malvina vai para o quarto e não sai de lá nem para as refeições. À noite, Malvina conversa com seu marido sobre o destino de Isaura e propõe que sua permanência na fazenda irá depender de Leôncio em querer libertar ou vender Isaura, porém ele desconversa e afirma que somente o seu pai poderá decidir o que fazer com Isaura, pois ele que é o seu verdadeiro proprietário. “Mas deves saber que não posso satisfazer o teu desejo sem primeiro consultar o meu pai” (Guimarães, 2009, p. 34).

A discussão é interrompida ao chegar a casa o Miguel, pai de Isaura, e consigo traz a soma de 10 contos de réis, quantia pedida pelo comendador Almeida para libertar Isaura. “Homem de Deus, traga-me dentro de um ano dez contos de réis e lhe entrego livre a sua filha” (Guimarães, 2009, p. 37). Leôncio conta e reconta o dinheiro, porém a venda não foi concluída, pois ele achou um meio de adiar por mais um pouco essa transação.

“Senhor Miguel – continuou em voz alta, entregando-lhe a carteira – guarde por ora o seu dinheiro, Isaura não me pertence ainda, só meu pai pode dispor dela” (Guimarães, 2009, p.37). Isaura cria a esperança em ficar livre e ir morar com o pai, mas o destino mais uma vez não foi favorável para a sua liberdade. O comendador Almeida havia falecido, Leôncio recebe uma carta informando o ocorrido “Teu pai já não existe, sucumbiu anteontem subitamente vítima de uma congestão cerebral” (Guimarães, 2009, p. 39). Após esse ocorrido, Leôncio passaria a ser legalmente dono de Isaura e a sua liberdade estava novamente em risco.

Leôncio toma conta da fazenda e coloca Isaura para trabalhar como os demais escravizados. Nesse cenário, surge a personagem Rosa, considerada a antagonista do romance, ambas compartilham da mesma condição, porém, uma foi criada e educada pela mulher do comendador, a Rosa foi criada sem privilégios. Também aparece a figura de André, um pajem que tenta ficar mais próximo de Isaura, porém mantém segundas intenções. “Alto lá! Exclamou Isaura, repelindo-o

com enfado – Está ficando bastante adiantado e atrevido. Retire-se daqui, senão irei dizer tudo ao senhor Leôncio” (Guimarães, 2009, p. 47).

A narrativa é retomada ao momento que Leôncio recebe a notícia sobre o falecimento do seu pai. Passado algum tempo, Malvina cobra o seu marido sobre o destino de Isaura e ele começa a inventar vários pretextos para não libertar Isaura. Malvina percebendo a intenção do marido resolve deixar a fazenda e vai morar com o pai, o caminho está livre para Leôncio intentar possuir Isaura. Após esses ocorridos, Isaura vai trabalhar com os demais escravizados, o intuito de Leôncio era fazer com que Isaura repensasse sobre o castigo e cedesse a chantagem libidinosa de Leôncio, entregando-se a ele. “És propriedade minha, um vaso que tenho entre as minhas mãos e que posso usar dele ou despedaçá-lo a meu sabor” (Guimarães, 2009, p. 58).

Isaura passa a sofrer ameaças de Leôncio, porém ela não cede aos seus caprichos, prefere sofrer as duras consequências pela sua recusa de não se entregar ao seu proprietário. “Acabrunhe-me de trabalhos, condena-me aos serviços mais grosseiros e pesados, que a tudo me sujeitarei sem murmurar; mas o que o senhor exige de mim, não posso, não devo fazê-lo, embora deva morrer” (Guimarães, 2009, p. 58).

Miguel, ao descobrir que a filha está sofrendo nas mãos de seu algoz, traça um plano de fuga para salvar a sua filha do seu tirano. “O dinheiro, que não serviu para alcançar a tua liberdade, vai agora prestar-nos para arrancar-te às garras desse monstro” (Guimarães, 2009, p. 61). O dinheiro que antes seria para comprar a liberdade de Isaura, irá servir para custear a fuga de ambos para a província do norte (Recife), lugar bem longe de Leôncio. Miguel convence a filha e juntos empreendem fuga. “Isaura, cosendo-se com a sombra do muro que rodeava o pátio, abriu o portão, que dava para o quintal e desapareceu. Momentos depois, Miguel [...] e achava-se com ela à margem do rio (Guimarães, 2009, p. 62).

Passam-se dois meses desde a fuga de Isaura, Leôncio não mede esforços para encontrar sua escrava, contrata agentes particulares e mobiliza forças policiais para fazerem incessantes buscas. Em Recife, Isaura adota o nome de Elvira e Miguel passa a ser chamado de Anselmo. Eles vivem em uma pequena chácara sem chamar atenção dos vizinhos. Todavia, um dia, o jovem Álvaro passeando a cavalo por sua chácara avista Elvira (Isaura) e fica encantado por ela. “Surpreendeu-me sua maravilhosa beleza” (Guimarães, 2009, p. 63).

Álvaro é um jovem com ideias abolicionista, filho único de uma rica família. “Órfão de pai e mãe e senhor de uma fortuna de cerca de dois mil contos” (Guimarães, 2009, p. 69). O jovem é encantado pela beleza de Elvira e passa a fazer seus passeios rotineiramente pela chácara, a fim de avistá-la novamente. Um dia, passeando por lá, percebeu que Elvira tinha deixado o lenço cair ao se levantar, aproveitando esse descuido e percebendo que o portão estava aberto, adentrou o jardim da chácara, apanhou o lenço e entregou para ela, e como forma de agradecimento, assentiu um sorriso ao cavalheirismo de Álvaro, como cita a seguinte passagem. “Agradeceu-me com um sorriso tão encantador que estive em termos de cair de joelhos a seus pés” (Guimarães, 2009, p. 64).

O coração do jovem mancebo já estava conquistado pela jovem misteriosa, o seu interesse por ela não ficou em segredo, contou aos seus amigos sobre sua paixão, eles ficaram receosos no início e alertaram o seu amigo para um possível perigo. “Esse lenço, Álvaro – atalhou um cavalheiro –, decerto ela deixou cair de propósito, para que pudesse vê-la perto e falar-lhe” (Guimarães, 2009, p. 64). “Quem sabe se são criminosos que procuram subtrair-se às pesquisas da polícia? (Guimarães, 2009, p. 65). “Mas dize-me cá, meu Álvaro, esse anjo, essa fada, deusa, mulher, ou o que quer que seja não te disse donde veio, de que família é, se tem fortuna, etc., etc., etc.” (Guimarães, 2009, p. 63).

Álvaro teve outras oportunidades que possibilitaram conhecer um pouco mais sobre Elvira e acredita que ela e o pai possuem caráter não duvidoso. Ele aproveita a chance e expressa sua opinião a seus amigos, confia a eles que a ama. “Se amo! Adoro-a cada vez mais e, o que é mais, tenho razões para acreditar que ela... Pelo menos não me olha com indiferença” (Guimarães, 2009, p. 65). Essa confiança ocorreu no mesmo baile que Elvira e Anselmo compareceram, após Álvaro convencer Anselmo deixar a sua filha ir, a fim de apresentá-la para a sociedade, evitando assim, especulações sobre a vida que levavam quase reclusa.

Elvira finalmente se torna conhecida nos salões, chama a atenção de todos pela beleza e simplicidade de suas vestes, o baile estava cheio de figuras importantes, inclusive o Dr. Geraldo, advogado de renome na cidade e que era amigo íntimo de Álvaro. Elvira se sente desconfortável pelos olhares que são lançados para ela, vai ao encontro de seu pai e conta o que está sentindo. “É um crime que cometo, envolvendo-me no meio de tão luzida sociedade; é uma traição, meu pai; eu o conheço e sinto remorsos”... (Guimarães, 2009, p. 72).

Seu pai a repreende, pois não teria como as pessoas saberem que ela era escrava. Elvira não estava conformada em mentir para Álvaro, pois estava apaixonada por ele “pela primeira vez, viu Álvaro. Amou-o com esse amor exaltado das almas elevadas que amam pela primeira e única vez, e esse amor, [...] veio tornar ainda mais crítica e angustiosa a sua já tão precária e mísera situação” (Guimarães, 2009 p. 78).

Nesse mesmo baile estava Martinho em uma saleta em que estavam reunidos alguns homens que iriam jogar cartas. Ele anunciava que iria ganhar cinco contos de réis, ao ler um anúncio que veio avulso e distribuído pela cidade com o Jornal do Comércio. “Concluiu Martinho, mostrando um papel que sacou da algibeira não é nada mais que um anúncio de escravo fugido” (Guimarães, 2009, p. 87). A descrição a qual constava no anúncio coincidia perfeitamente com as características de Elvira e o montante de cinco contos de réis seriam pagos para quem capturasse a escrava fugida.

Martinho sai do baile e vai atrás de um oficial de justiça para efetuar a captura da escrava e ao chegar novamente ao baile, ele encontra Álvaro e Elvira juntos e lá mesmo declara para todos ouvirem que Elvira é na verdade uma escrava fugida. “Esta senhora que aqui se acha é uma escrava fugida e eu estou encarregado de aprendê-la e entregá-la a seu senhor” (Guimarães, 2009, p. 96). Atônito com a notícia, Álvaro se enfurece com Martinho, achava que o homem estava equivocado em relação a sua suspeita. Martinho sugere que para acabar com as dúvidas iria verificar se ela possui a marca de queimadura em formato de borboleta que ficava acima do peito. Elvira não deixou que ninguém a tocasse, ela mesmo acabou confessando. “Senhores, o que esse homem diz é verdade. Eu sou... uma escrava! (Guimarães, 2009, p. 97).

Álvaro, no primeiro momento fica desapontado com essa revelação e sua reação foi de descontentamento. “Uma escrava iludir-me por tanto tempo e, por fim, ludibriar-me, expondo-me em face da sociedade a mais humilhante irrisão! [...] ombrear uma escrava em pleno baile, perante a mais distinta e brilhante sociedade!” (Guimarães, 2009, p. 101). Depois de um certo tempo a sua intenção foi de proteger Elvira e utilizou de sua influência. “Constituiu-se fiador da escrava, comprometendo-se a entregá-la a seu senhor, ou a quem por ordem dele a reclamasse” (Guimarães, 2009 , p. 99).

Passado um mês depois do ocorrido no baile, Álvaro se inteira sobre a escrava e descobre que seu nome na verdade é Isaura e que seu pai se chama Miguel e que ela pertence ao fazendeiro Leôncio. Ele aproveita a visita de seu amigo Geraldo e conversa com ele na casa de Isaura sobre quais providências poderia tomar para defendê-la perante a justiça, pois a carta que enviou para Leôncio não surtiu efeito, o fazendeiro recusou fazer qualquer negociação.

Geraldo aconselhou o seu amigo que nada poderia ser feito, mas Álvaro não se deu por vencido, buscou outra maneira de proteger Isaura, porém foi em vão. Leôncio foi atrás dela acompanhado com os oficiais de justiça, como reporta a obra. “Constando-me com certeza que aqui se acha acoitada uma escrava fugida [...] eu sou Leôncio, o legítimo senhor dessa escrava” (Guimarães, 2009, p. 117). Álvaro, nada pôde fazer e Isaura retornou para a fazenda de Leôncio e o seu pai foi preso, acusado de roubo de escravo.

Na fazenda ela ficou encarcerada, como cita a obra. “Leôncio, tendo trazido Isaura para sua fazenda, a conservava na mais rigorosa reclusão” (Guimarães, 2009, p. 125). Porém, Leôncio adquiriu dívidas no anseio de encontrar sua escrava e para amenizar sua situação financeira, reatou o casamento com Malvina, pois somente o sogro poderia ajudá-lo em relação à falência. Todavia, não queria renunciar a Isaura, ele intenta seu último golpe que era forçá-la a casar com Belchior, o jardineiro que possui uma deformidade física em troca de libertá-la, mas era só mais um meio de conseguir que ela permanecesse na fazenda.

Leôncio convenceu Miguel que essa era a melhor escolha para Isaura, ele aceita a proposta mediante a situação em que sua filha se encontrava e a pedido do fazendeiro foi visitá-la e tentar convencê-la que o arranjo seria o melhor caminho. “É, sem dúvida, um cruel sacrifício para o teu coração, mas é sem comparação mais suportável do que esse duro cativeiro com que pretende matar-te” (Guimarães, 2009, p. 131). Isaura não queria aceitar o enlace, mas foi convencida pelo seu pai depois que este, enganado por Leôncio, entregou a ela uma carta que imitava a letra de Álvaro e lá estava escrito que ele havia casado.

O casamento de Isaura iria ser celebrado na manhã seguinte e o fazendeiro havia providenciado o padre e o escrivão, estava feliz, pois enfim conseguia resolver com êxito duas ações: “a garantia da fortuna de Malvina” e “Isaura que estaria sempre ao seu alcance”. Nessa mesma manhã chega Álvaro e declara para todos os presentes que aquela fazenda, os escravos e os mobiliários

não pertenciam mais a Leôncio. “Esta fazenda, com todos os escravos, esta casa com os seus ricos móveis e sua baixela, nada disto lhe pertence mais” (Guimarães, 2009, p. 142).

Álvaro se tornou o único credor de Leôncio. “Depois de conferenciar com os credores de Leôncio, propôs-lhes a compra de todos os seus créditos pela metade do seu valor” (Guimarães, 2009, p. 146). O jovem fez uma pesquisa a respeito de Leôncio e acabou descobrindo que ele possuía muitas dívidas, ele foi atrás de todos os seus credores e comprou os títulos da dívida de cada um.

Não houve casamento, finalmente Isaura estava livre de seu algoz, Isaura se lança aos pés de Álvaro, porém ele estendeu as mãos para levantá-la. “Levanta-te Isaura, não é a meus pés, mas sim em meus braços, aqui bem perto do meu coração, que te deves lançar [...] eu me julgo o mais feliz dos mortais em poder oferecer-te a mão de esposo!” (Guimarães, 2009, p. 148). E Leôncio não aguentando tamanha humilhação vai até uma sala e comete suicídio. “Leôncio não aguentando tinha se rebentado o crânio com um tiro de pistola” (Guimarães, 2009, p. 148).

O romance termina com a heroína Bernardiana encontrando sua liberdade de cativo, condição essa, que foi dada por outro “senhor” (Álvaro recebia indenização por parte de seus “libertos”, que trabalhavam em sua fazenda depois que o “abolicionista” os alforriou, sendo assim, os libertos continuavam em situação de submissão). Como cita a obra, “poderiam indenizar a Álvaro do sacrifício que fizera com sua emancipação” (Guimarães, 2009, p. 70).

O romance é considerado uma obra “abolicionista”, pois no contexto social da época, o tema estava em ebulição. Bernardo Guimarães escolheu uma personagem branca para trazer à tona o sistema escravocrata. “O nosso romancista estava mais ocupado em contar as perseguições que a cobiça de um senhor vilão movia à bela Isaura, que em reconstruir as misérias do regime servil” (Bosi, 2006, p. 144).

Essa liberdade plena que estava sendo empregada poderia ser enfim, concedida só para quem tinha a pele em um tom mais claro, como é retratado na obra, pois a heroína Bernardiana é uma escrava branca que cresceu sob bons cuidados, recebendo boa educação, é ressaltada pelo autor como dotada de beleza e candura, “toda a beleza da escrava é posta no seu não parecer negra, mas nívea donzela” (Bosi, 2006, p. 144). Enquanto os personagens negros são retratados de

forma estereotipadas e estigmatizados pela sua cor de pele. No próximo capítulo serão abordados esses estigmas relacionados à cor de pele presentes no romance de Guimarães.

4 O ESTIGMA DA COR, O BREVE CONTEXTO HISTÓRICO SOCIAL DO CATIVEIRO E O OLHAR LITERÁRIO DE BERNARDO GUIMARÃES NA OBRA A ESCRAVA ISAURA

A Literatura fornece aos historiadores um arcabouço de informações sobre uma dada época, ela recria o real, traz impressões sobre a vida, valores, costumes, características de uma sociedade ou de um período histórico. “Com efeito, todos sabemos que a literatura, como fenômeno de civilização, depende para se construir e caracterizar, do entrelaçamento de vários fatores sociais” (Candido, 2006, p. 20). Desse modo, ela é fonte de informação que ao ser consultada, revela uma gama de elementos sociais que transmitem uma visão “geral” ou “não”, sobre uma determinada sociedade ou período.

Seguindo por esse pressuposto, será traçado um panorama sobre a temática escravista abordada por Bernardo Guimarães no romance regionalista *A escrava Isaura*. A obra tem o segmento “abolicionista”, mas como cita Candido (2006, p. 84), “A obra não é produto fixo, unívoco ante qualquer público, nem este passivo, homogêneo, registrando uniformemente o seu efeito”. Isto é, apesar da obra ser desenvolvida em uma perspectiva “abolicionista,” o autor retrata de forma estigmatizada os escravizados negros e o cativo sendo exposto na obra de modo superficial.

“O artista quer atingir determinado fim, o auditor ou leitor desejam que ele lhe mostre determinado aspecto da realidade” (Candido, 2006, p. 55), ou seja, para que esses elementos estejam à vista do leitor é preciso “descortinar” o romance e “ler as entrelinhas” da real intenção do autor, sendo necessário conhecer as entranhas do Brasil escravista que está além da obra. É fundamental desenvolver um olhar aprofundador sobre o negro e o cativo, analisando o contexto histórico social e a condição dos escravizados no período oitocentista, época na qual foi escrito o romance.

Compreende-se que a escravização dos povos africanos é considerada como uma chaga mundial que corroe a condição humana desses indivíduos, um projeto que foi moldado na exploração da força de trabalho de homens, mulheres e

crianças advindos do continente africano e que ao chegarem a novos territórios foram vendidos e tiveram suas liberdades cerceadas. Esse tráfico humano teve seu início no século XVI, tendo o oceano Atlântico como um aporte para tráfico negreiro. “A escravidão do negro foi a fórmula encontrada pelos colonizadores para explorar as terras descobertas” (Costa, 2010, p. 17), e esse comércio negreiro surgiu após a era dos descobrimentos e está ligado diretamente ao sistema colonial.

Todavia, essa exploração humana durou cerca de mais de três séculos e o trabalho escravo no início do período colonial não ficou restrito apenas ao negro, os indígenas também foram vítimas desse sistema opressor, os colonizadores os obrigavam a desenvolver trabalhos forçados, além de promover a dizimação de várias etnias. “O significado que a cor e as diferenças raciais adquiriam sob o regime escravo ajudou a elaborar certos padrões de ajustamentos inter-racial que, em muitos casos persistiram” (Costa, 2010, p. 14). Os colonizadores europeus instituíram sua “supremacia” baseada na categorização de “inferioridade racial” de outros povos.

O sistema escravista operou no Brasil entre os séculos XVI e XIX e cada período teve suas particularidades, porém, será analisada a situação do negro durante uma parcela do século XIX, época na qual o autor Bernardo Guimarães vivenciou e escreveu a obra que está sendo utilizada nesse estudo. O século XIX foi o período em que mais o Brasil importou africanos que foram escravizados, principalmente na primeira metade desse século, como aponta Bosi (1992, p. 216), “a primeira metade do século XIX foi um período febril do escravismo”.

O tráfico de escravos foi negócio bastante lucrativo, que movimentou enormes quantidades de navios negreiros e de inúmeras pessoas que trabalharam em “prol do comércio de seres humanos” e esse mercado abrangia os dois lados do Atlântico. “Incluía agentes da costa da África, exportadores, armadores, transportadores, seguradores, importadores, atacadistas que revendiam no Rio de Janeiro para centenas de pequenos traficantes regionais” (Gomes, 2022 , p. 92).

Portanto, os africanos escravizados eram redistribuídos como mercadorias e abasteciam as cidades, as fazendas e a zona mineira, o comércio negreiro foi uma atividade que rendeu bastante lucro. Segundo Laurentino Gomes (2022, p. 139), “no início do século XIX, para inúmeros jovens portugueses, o comércio de escravos era o modo mais fácil de alcançar riqueza e poder”. Esses

jovens em muitos casos não possuíam recursos financeiros e se aventuravam na travessia do Atlântico em busca de sucesso nesse negócio.

A cena era rotineira e o comércio de seres humanos era feita ao ar livre, a escravidão estava incorporada e fazia parte da realidade brasileira. “Africanos escravizados e seus descendentes podiam ser encontrados de norte a sul do país, em todos os lugares e ocupações possíveis” (Gomes, 2022, p. 177), ou seja, a economia brasileira girava em torno do trabalho servil em regime de cativo. Possuir escravos era algo bastante generalizado entre as classes sociais, até “o governo imperial brasileiro era, ele próprio, um grande senhor de escravos” (Gomes, 2022, p. 177) e não se limitava apenas para quem possuía bastantes recursos financeiros, até a população mais humilde almejava comprar um cativo, utilizando a acumulação de uma poupança que era destinada especialmente para esse fim.

O negro escravizado foi para algumas regiões a principal mola de trabalho e “para o branco, o trabalho, principalmente o trabalho manual, era visto como obrigação de negro, de escravo” (Costa, 2010, p. 15). A visão do trabalho foi corrompida durante o período escravagista, para o branco a ideia de trabalho era sinônimo de degradação. E assim, os negros foram trabalhar, primeiramente nos canaviais, com o passar do tempo foram para as minas de ouro, alocados também para as cidades e fazendas, sendo obrigados a trabalhos forçados nos engenhos e cafezais, carregando sacos de mercadorias e fazendo transportes de pessoas. “O trabalho escravo era um fator estrutural da economia brasileira” (Bosi, 1992, p. 205). Em concordância com o ponto de vista de Bosi, Leandro (2003, p. 133) comenta que, “o negro, o grande trabalhador brasileiro, enriquecera as elites do Brasil”. Eles foram a principal mão de obra de trabalho que garantiram as elites a possibilidade de possuírem grandes espólios.

A escravidão esteve presente em todos os ciclos econômicos que geraram riquezas, desde a exploração do pau-brasil, perpassando pelos canaviais, pelo ouro, diamante, algodão e às lavouras cafeeiras. Gomes (2022) aponta que ser proprietário de terras e de negros escravizados era sinal de grande notoriedade e indicador de riqueza no Brasil. As atividades desenvolvidas pelo negro eram braçais, como roçar, cultivar plantações, derrubar matas, carregar as produções, entre outros “afazeres que, na prática, eram equivalentes ao desempenhado por animais como mulas, bois e cavalos. O próprio trabalho era, portanto, uma forma de desumanização do escravo” (Gomes, 2022, p. 191-192). Esses ofícios eram um fator

condicionante para a manutenção de renda do branco, como aponta Bosi (1992, p. 211-212), “o trabalho escravo se constituía em condição primeira para a existência social do branco livre e proprietário”, isto é, a fonte de renda e a manutenção do status social do branco provinham dos serviços braçais dos negros escravizados.

Um trabalho que era penoso, carregado de torturas físicas e psicológicas, no qual, homens, mulheres, jovens e crianças quando conseguiam sobreviver aos maus tratos do cativo eram obrigados a sobreviverem na degradante situação da falta de dignidade humana. “Até meados do século, o discurso, ou silêncio de todos, foi cúmplice do tráfico e da escravidão” (Bosi, 1992, p. 217). E um dos vários cúmplices do tráfico e da escravidão foi a igreja, ela foi uma instituição que agia ironicamente mediante a sua posição em detrimento aos cativos, visto que, foi um dos alicerces do sistema escravocrata do Brasil e dos demais territórios de domínios europeus na América. “Durante quatro séculos, bispos, padres, colégios e conventos tinham explorado mão de obra cativa em suas fazendas, minas de ouro e diamantes e outras atividades” (Gomes, 2022, p. 55). Somente três meses antes da instituição da Lei Áurea, que o papa Leão XIII deu somente uma pequena declaração, em favor da abolição, antes a igreja era conivente com o cativo.

Durante o século XIX o escravismo brasileiro passou por três momentos distintos. O primeiro foi o do tráfico ilegal decretado no ano de 1831, mas esse decreto ficou conhecido como lei para inglês ver. “Ao sancioná-la, o governo imperial não tinha, de fato, a intenção que fosse cumprida” (Gomes, 2022, p. 100), o objetivo era apenas acalmar as críticas que vinham de outras nações e conter os ânimos no campo diplomático. Essa lei previa duras penalidades para todas as pessoas que fossem responsáveis pelo desembarque clandestino de escravos ilegais e estes ao serem descobertos estariam livres a partir dessa data em diante.

O segundo momento diz respeito ao deslocamento do tráfico interprovincial da população escrava que partia das regiões Norte e Nordeste para a região Sudeste. “Do Norte e Nordeste do país, vêm escravos para as fazendas de café” (Costa, 2010, p. 21), a maior parte dessa população, era formada por descendentes de outros escravizados que já se encontravam no país por um longo período. E o terceiro e um dos mais expressivos momentos do escravismo brasileiro, está ligado aos ideais abolicionistas, a campanha para Abolição da Escravatura foi um importante passo para o “fim do escravismo brasileiro”, mas o Brasil demorou a incorporar o “espírito” abolicionista.

Entretanto, mesmo com a lei 1831, na qual foi decretada a proibição do tráfico de africanos escravizados, o contrabando de negros continuou e o desembarque clandestino perdurou por um longo tempo. Na obra há uma referência sobre o contrabando de africanos acontecendo mesmo com a proibição “fazia-se de vela com Isaura para as províncias do Norte, em um navio negreiro, de que era capitão um português, antigo e dedicado amigo seu. Este chegando as alturas de Pernambuco, como daí tinha que singrar para a costa da África” (Guimarães, 2009, p. 77). A fuga de Isaura e seu pai para o Recife foi feita a bordo de um navio negreiro, o qual tinha como destino a costa da África. O romancista não cita essa lei na obra, mas especifica que os acontecimentos que sucedem o romance acontecem antes da criação da lei do Ventre Livre, porém não faz nenhuma menção condenatória sobre o contrabando de africanos escravizados.

O tráfico continuava intenso e as articulações em burlar a lei também. Gomes (2022, p. 108) comenta que, em “Pernambuco e na Bahia mandavam-se jangadas e canoas ao encontro das embarcações ainda em alto-mar, de maneira a avisá-las de algum risco de apreensão”. Esse jogo de encontro e desencontro entre traficantes brasileiros e a marinha britânica perpassou por várias décadas, porém, “das fazendas movidas à mão de obra cativa do Maranhão, de Pernambuco e regiões vizinhas, saía no século XIX parte do algodão de fibra longa que alimentava as fábricas de tecidos de Manchester e assegurava a propriedade da Revolução Industrial na Inglaterra” (Gomes, 2022, p. 123-124), pois era comum a marinha britânica fazer “vista grossa” para os navios de seu próprio país.

O transporte dos negros capturados pelos navios negreiros durava quase dois meses de viagem e durante essa travessia, eles ficavam amontoados nos porões, eram mal alimentados, sem condições de higiene, muitos não aguentavam e morriam. No decurso da reapreensão imposta pela Inglaterra, os capitães dos barcos jogavam ao mar os negros que foram capturados em África, quando se deparavam com alguma suspeita de aproximação de navio britânico. As levas de navios continuavam chegando à costa brasileira e, ao desembarcarem nos portos, os africanos eram vendidos todos os dias. “Vendiam os escravos sem atenção aos laços familiares: pais e filhos, maridos e mulher eram separados ao saber das circunstâncias” (Costa, 2010, p. 94).

Além das vendas, leilões e rifas dos africanos, a mulher negra poderia ser vendida ou alugada como ama de leite com “cria” ou sem “cria”. Gomes (2022)

comenta que o próprio imperador Dom Pedro I autorizou uma loteria que visava arrecadar fundos para Santa Casa de Misericórdia de Ouro Preto e dentre o prêmio constavam cinco crianças negras escravizadas. “O escravo, era além de tudo, mercadoria: mercadoria que, em caso de necessidade, podia ser vendida ou alugada, possuindo assim, um duplo valor: valia o que produzia e valia como mercadoria” (Costa 2010, p. 70).

Por isso, eles poderiam ser alugados e os cativos que eram destinados por seus proprietários a realizar trabalho que resultasse em alguma renda, eram conhecidos como “escravos de ganho” e, ao final do trabalho, devolviam ao seu dono uma certa quantia, já acertada entre ambos. Em muitos casos, alguns acabavam ficando com o excedente sem seu proprietário desconfiar e esse dinheiro era poupado e utilizado posteriormente para comprar sua própria alforria. Mas a alforria não significava a garantia total da liberdade, pois o liberto corria o risco de ser apreendido e teria que comprovar sua condição civil porque “para os libertos, a cor negra da pele continuava a ser um estigma” (Gomes, 2022, p. 337), já que estavam sempre suscetíveis a provar que eram forros, porque o negro carregava o estigma de ser cativo.

Em relação à alforria dos escravizados, poderia acontecer de várias maneiras e na obra há uma menção sobre essa questão e o valor estipulado pela liberdade de Isaura, o qual o pai deveria pagar pela liberdade da filha “Homem de Deus, traga-me dentro de um ano dez contos de réis e lhe entrego livre sua filha” (Guimarães, 2009, p. 37). A maneira mais viável era pagar pela alforria, um valor era estimado pelo proprietário do cativo em troca da sonhada liberdade.

A escravização dos africanos era algo bastante recorrente por toda sociedade do século XIX e não somente restrita apenas a esse período, mas teve seu advento baseado na herança colonial, isto é, os três séculos anteriores eram sustentados pela antiga ideologia escravista, a qual perpetuou o cativo africano. Eram vários argumentos que legitimavam o regime em cativo, pois os escravagistas acreditavam que a escravidão era benéfica para os negros, porque só ao serem retirados da barbárie e ignorância do continente africano e introduzidos à “civilização” e à cristianização era algo bastante significativo para eles.

Afirmavam também, que o negro não saberia viver em liberdade, teria que ser tutelado por homens brancos, pois estes iriam orientá-lo e educá-lo. O seguinte trecho da obra relata esse pensamento, manifestado pela atitude do personagem

Álvaro “organizou para seus libertos, em uma de suas fazendas, uma espécie de colônia, cuja direção confiou a um probo e zeloso administrador” (Guimarães, 2009, p. 69). Segundo essa visão o negro não teria capacidade para administrar e nem de viver só, sem ter por perto uma “pessoa de boa índole” e “honrado”.

Todavia, em um outro aspecto, a figura do homem branco “educador”, é visto também como o dono do chicote e de outros meios de torturas que são utilizados para o “bom” funcionamento do sistema e da submissão. Como cita a obra “Traz-me já aqui um tronco de pés e algemas com cadeado [...] Bem me custa tratar-te assim, mas tu mesma me obrigas a este excesso” (Guimarães, 2009, p. 59). Um outro argumento estava pautado na perspectiva de que a escravidão era um mal necessário, pois a economia do país necessitava basicamente da mão de obra escrava, embora se reconhecessem seus excessos, muitos defendiam o fim da escravidão, porém não pelo compadecimento da condição do negro, mas pelo que a escravidão representava naquele momento.

Como cita Gomes sobre a opinião de José Bonifácio de Andrada e Silva “a escravidão [...] era um elemento desagregador da sociedade, um mal a ser erradicado o mais depressa possível” (Gomes, 2022, p. 83). A nação estava “dando seus próprios passos” configurando sua independência, a escravidão deveria ser extinta, pois era associada ao retrocesso, “a consciência aguda do atraso se forma de Tavares Bastos a Nabuco, de Rebouças a Rui Barbosa, em função do contraste entre cativo e trabalho livre” (Bosi, 1992, p. 230), porém, a figura do negro ainda estava arraigada a estigmas, os seus posicionamentos de nada contribuía para mudar a visão pejorativa sobre os cativos, mas acabavam ressaltando cada vez mais o preconceito.

Álvaro, o personagem “aboliconista” de Guimarães, expressa o mesmo pensamento. “A escravidão em si mesma já é uma indignidade, uma úlcera hedionda na face da nação, que a tolera e a protege [...] que nos desonra aos olhos do mundo civilizado” (Guimarães, 2009, p. 105), e em um outro trecho da obra, Álvaro deixa evidente que seu abolicionismo não era voltado para as causas negras. “Desta medida podiam resultar grandes vantagens para os libertos, para a sociedade e para o próprio Álvaro. A fazenda lhes era dada para cultivar [...] podiam indenizar a Álvaro pelo sacrifício que fizera com a sua emancipação” (Guimarães, 2009, p. 70).

O abolicionista Bernadino estava preocupado com a imagem que o país estava passando para outras nações consideradas “civilizadas”, a “desonra” da

escravidão estava comprometendo o futuro da nação independente de Portugal, o herói Álvaro libertou seus cativos, porém impôs uma nova forma de submissão disfarçada de “compaixão” e a retribuição por esse ato seria de maneira indenizatória.

A sociedade oitocentista formada por pessoas consideradas ilustres, disseminava os mesmos pensamentos pautados na inferiorização do negro, o doutor em ciências matemáticas e naturais, Frederico Leopoldo Cezar Burlamaqui, adotava uma ideia radical “era preciso devolver todos os negros à África” (Gomes, 2022, p. 86), segundo ele, os cativos eram desprovidos de utilidades, a grande massa de escravos servia apenas para retardar o progresso e contaminar os bons costumes. Outro, matemático e filósofo, José Eloy Pessoa, apoiava a criação de colônias, nas quais, estariam segregados, negros vindos da África, indígenas e brancos descendentes de europeus, viveriam em espaços separados.

Um outro pensamento discriminatório que pairava sobre a elite branca era pautado no medo de haver uma guerra étnica e uma africanização no país. Além, dessas pessoas havia também escritores contemporâneos de Guimarães que compartilhavam da mesma perspectiva em relação ao negro, como os escritores Joaquim Nabuco e José de Alencar, o último era um escravagista convicto. Esse preconceito estava impregnado nas “entranhas” dos escravagistas que eram alimentados pelo racismo científico “os argumentos tinham em comum a inferioridade racial dos africanos” (Gomes, 2022, p. 85).

Os corpos negros eram marcados pela inferioridade de não ser considerados humanos. “Alguns pensadores chegavam a sugerir que, nos corpos negros, o sangue, a bílis, os fluídos da medula e do cérebro seriam mais escuros do que do branco” (Gomes, 2022, p. 85). O negro foi objeto de estudos e todos foram categóricos em afirmar a inferiorização racial. Recebiam adjetivos pejorativos baseados nesses estudos ou de opiniões pautados em discursos preconceituosos.

O romance traz refletido um desses pensamentos em relação à apatia do negro, como reporta o seguinte trecho: “forte e desajeitada e preguiçosa que és” (Guimarães, 2009, p. 124). A personagem Rosa é retratada com esse estereótipo, devido ao estigma de sua cor de pele está atrelada à ociosidade, apatia, preguiça, vício. Como é retratado em um outro trecho da obra, referindo-se aos negros “e eles, sujeitando-se a uma espécie de disciplina comum, não só preservam-se de entregar-se a ociosidade, ao vício, e ao crime”(Guimarães, 2009, p. 70).

A cor de pele escura é associada a imagens negativas. Era comum, nos discursos, os negros serem retratados como infelizes, miseráveis, desgraçados, animais, desordeiros, raivosos, inimigos domésticos, têm também a imagem atrelada a trabalhos domésticos, porém de modo depreciativo. Enfim, há uma infinidade de estigmas relacionados ao negro que estão propagados na obra, como nos seguintes trechos do capítulo VII: “Eram de vinte a trinta negras, crioulas e mulatas com suas tenras crias ao colo ou pelo chão a brincarem em redor dela” (Guimarães, 2009, p. 40). O autor utiliza a expressão crias para se referir às crianças das mães negras. Em contrapartida, ao abordar o nascimento da escrava branca, Isaura, o autor utiliza um tom mais humanizado, como reporta a obra. “Em breve, a precipitou no túmulo, antes que pudesse acabar de criar sua tenra e mimosa filhinha” (Guimarães, 2009, p. 16).

As referências que o romancista utiliza para descrever os escravizados da fazenda de Leôncio são carregadas de características estereotipadas e de preconceitos raciais. “Viam-se ali caras de todas as idades, cores e feitios, desde a velha africana, trombuda e macilenta, até a roliça e luzida crioula, desde a negra brunida como azeviche até a quase branca” (Guimarães, 2009, p. 40); “dói-me deveras dentro do coração ver aqui misturada com esta corja de negras beíquidas e catingentas uma rapariga como tu, que só mereces pisar em tapetes e deitar em colchões de damasco” (Guimarães, 2009, p. 47). Uma outra passagem faz referência ao modo arrogante dos escravizados “bradou com voz severa a velha crioula” (Guimarães, 2009, p. 40).

O outro aspecto preconceituoso o qual era difundido na época, é em relação ao negro ser considerado inimigo doméstico, e pode ser encontrado nas entrelinhas do romance. “Um raio que te parta, maldito! – Má lepra te consuma, coisa - ruim! – Uma cascavel que te morda a língua, cão danado! – Estas e outras pragas vomitavam as escravas, resmungando entre si contra o feitor, apenas este voltou-lhes as costas” (Guimarães, 2009, p. 44), um contraste em relação à benevolência de Isaura ao se compadecer quando seu algoz Leôncio, caiu em desgraça. “Oh! Quanto sois bom e generoso, para com esta infeliz escrava!... Mas em nome dessa mesma generosidade, de joelhos eu vos peço, perdão! Perdão para eles”... (Guimarães, 2009, p. 148).

O ser branco é dotado de misericórdia, brandura e compaixão, enquanto os escravos negros são dotados de raiva, ódio, rancor, não merecedores de

confiança, “pois podem tramar algo quando for dada as costas”. E um outro fato que na obra é abordado com um tom depreciativo é em relação ao trabalho doméstico, especialmente o da cozinha, como é explicitado nas seguintes passagens. “Bem mostras que não nasceste para a sala, o teu lugar é na cozinha” (Guimarães, 2009 p. 123), “E que mau! Terá ao mesmo tempo mulher e talvez uma boa cozinheira” (Guimarães, 2009, p. 98) e “Uma rapariga tão boa e tão mimosa, tratada como uma negra da cozinha” (Guimarães, 2009, p. 124).

Essa última passagem faz referência a Isaura, a escrava branca, que pelo simples fato de sua cor de pele se distanciar da cor negra, ela não poderia estar naquela situação, sendo tratada igual à escrava negra da cozinha, o serviço da cozinha estava sempre atrelado às escravizadas negras. E para finalizar sobre a perspectiva que o autor tinha em relação à cor de pele negra segue mais uma passagem da obra. “És formosa e tens uma cor linda, que ninguém dirá que gira em tuas veias uma só gota de sangue africano” (Guimarães, 2009, p. 11), ou seja, a cor negra carrega um estigma que está atrelado à “inferioridade”, “irracionalidade”, “incapacidade”, “servência”.

Em relação ao estereótipo do corpo da mulher negra, elas eram visualizadas através de uma perspectiva propícia à lascívia, prostituição e à sensualidade, a mulher negra não era dona do seu corpo, estava exposta a sofrer violência física e sexual perpetrada pelos seus proprietários. Como comenta Leandro (2003, p. 89) “a mulher como vítima de um processo de exploração sistemática desde a força de trabalho feminina à exploração do corpo, para aumentar braços para escravatura e muito prazer sexual aos senhores e filhos”.

A imagem da escrava era atrelada aos prazeres sexuais, reprodutora e de fácil conquista. “Esbelta e flexível de corpo, tinha o rostinho mimoso, lábios um tanto grossos [...] os túrgidos e ofegante seios [...] lhe pulavam por baixo da transparente camisola” (Guimarães, 2009, p. 40). A imagem provocativa denunciava de qual corpo o autor está fazendo essa referência, se tratava de Rosa, pois Isaura é sempre retratada decentemente. O corpo era sempre objeto desejado pelo proprietário do escravizado, como reporta os seguintes trechos. “Olhava as escravas como um serralho à sua disposição” (Guimarães, 2009, p.15); “seduzido pelos encantos da mulata” (Guimarães, 2009, p. 15) e “Mulatinha – disse, tu não fazes ideia de quanto és feiticeira” (Guimarães, 2009, p. 21). A mulher negra tinha a imagem de feiticeira

sexual por ser provocativa, de ser fácil conquista e que se inclina com mais facilidade aos prazeres.

Viotti Costa (2010) aponta que havia vários preconceitos que pairavam sobre o imaginário do corpo negro, os estigmas físicos eram levados em consideração ao se comprar um escravo no mercado, uma análise poderia até distinguir um bom e mau escravo, segundo a opinião pública. “Imbert, em seu Manual, desaconselhava os de cabelos crespos em demasia, [...] olhos encovados e orelhas grandes, indícios em geral de mau caráter” (Costa, 2010, p. 93).

O negro que tivesse as pernas compridas e pés chatos deveria ser recusado, pois estava propício a desenvolver doenças. “Quem pretendesse comprar escravos deveria preferir os que tivessem [...] carnes rijas e compactas, e que, enfim, deixasse o escravo entrever no semblante aspecto de ardor e vivacidade” (Costa, 2010, p. 94). O comércio de africanos ainda estava na ativa mesmo com as proibições, chegavam às praias brasileiras africanos escravizados e não tinha uma fiscalização eficiente, pois havia pessoas influentes que embargavam qualquer cumprimento da lei, os negros continuaram a ser vendidos e necessários para a nova transformação econômica agroexportadora que o café estava proporcionando.

De acordo com Bosi (1992, p. 196), “o tráfico, mais ativo do que nunca, trouxe aos engenhos e às fazendas cerca de 700 mil africanos entre 1830 e 1850”. Ou seja, apesar das restrições contra o transporte de africanos escravizados, decretado ilegalmente desde 1831, essa atividade continuou sendo mais ativa devido a expansão cafeeira nas grandes regiões produtoras de café, como São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Viotti Costa concorda com Bosi, em relação à intensidade do tráfico. “A urgência de mão de obra crescia à medida que as plantações de café se multiplicavam. O tráfico mantinha-se intenso” (Costa, 2010, p. 74).

A mão de obra cativa era responsável por fazer o trabalho de plantio e cultivo das lavouras cafeeiras, realizava também a colheita, o preparo e o transporte dos grãos, que no momento estavam gerando lucro para a economia brasileira. Os anseios dos fazendeiros eram voltados para o lucro e pela busca do trabalho servil do negro. “O tráfico fora suspenso, mas a apologia ainda se fazia presente” (Bosi, 1992, p. 218). Esse braço servil era necessário para se fazer o cultivo do café nas grandes propriedades cafeeiras. “O café desenvolveu-se no Vale do Paraíba, na

primeira metade do século, quando a importação de escravos é livre, embora legalmente proibida” (Costa, 2010, p. 21).

Muitos fazendeiros estavam envolvidos na importação clandestina de africanos ilegais, no entanto, devido às várias restrições o tráfico interprovincial ganhou um expoente destaque nesse período. Bosi (1992) comenta que a região nordestina foi praticamente quase esvaziada de mão de obra cativa, devido ao tráfico interno, pois revendia os cativos para os grandes fazendeiros da região sul. E a província do Rio de Janeiro detinha uma maior concentração de cativos, isto é, o “tráfico é utilíssimo à expansão do café” (Bosi, 1992, p. 201). É nesse ambiente das opulentas fazendas de café que o romance *A escrava Isaura* se constrói, porém, é na luxuosa fazenda que fica no “município de Campos de Goitacases, à margem do Paraíba” (Guimarães, 2009, p. 07), que o enredo é desenvolvido e a sina da escrava Isaura é exposta para o público leitor.

No início, o Paraíba fluminense possuía uma pequena quantidade de escravos, entretanto, quando o local começou a introduzir e perceber as vantagens que a cultura do café oferecia, as fazendas foram se expandindo cada vez mais, abrindo espaços para o plantio de milhares pés de café, o número de escravos teve que crescer para dar conta dos grandes latifúndios cafeeiro, “o desenvolvimento da lavoura cafeeira provocou a migração interna” (Costa, 2010, p. 103). Houve também uma busca incessante por mão de obra escrava no mercado interno, com o sucesso agroexportador do café, a elite cafeeira tinha bastante influência e mandava em tudo.

Gomes (2022) aponta que a elite cafeeira era possuidora de influências, executava as leis de acordo com os seus próprios interesses, pois detinha o domínio da política local, além de estar dividida entre o partido Liberal e Conservador, os coronéis, fazendeiros e chefes políticos estavam envolvidos nesse esquema. A fiscalização sobre o tráfico ilegal de escravos, esbarrava nas oligarquias formadas por familiares de figuras influentes politicamente, enquanto isso, o “negro era completamente marginalizado perante as leis, não tinha direitos sociais e civis assegurados, pois os mesmos eram considerados coisas ou mercadorias” (Leandro, 2003, p. 134).

Em relação a essa visão da época sobre os escravizados ser objetos, a obra faz menção sobre essa perspectiva. “Esta fazenda, com todos os escravos, esta casa com seus ricos móveis e sua baixela, nada disto lhe pertence mais [...] o

senhor não pode dispor aqui nem do mais insignificante objeto” (Guimarães, 2009, p. 142). Álvaro se tornou dono da fazenda de Leôncio e os escravos foram retratados como partes que integram os objetos que a fazenda possuía.

Em uma outra passagem Leôncio compara Isaura como um vaso e ele figurou o sentido ao compará-la com esse item. “És propriedade minha; um vaso que tenho entre as minhas mãos e que posso usar dele e despedaçá-lo a meu sabor” (Guimarães, 2009, p. 58). Pois, depois de usá-la poderia se desfazer dela a qualquer momento, ou seja, após satisfazer seus desejos sexuais, o corpo (objeto) da escrava perderia o valor e não seria mais exclusividade, “porque para eles os cativos eram desprovidos de valores morais e de qualquer direito, até o mais elementar do ser humano. Entendiam que ser dono de um escravo era mesmo que ser dono de um objeto” (Leandro, 2003, p. 91). Corroborando com o mesmo ponto de vista do historiador Eulálio de Oliveira Leandro, sobre como os escravizados eram vistos pela sociedade da época, Gomes (2022, p.17) comenta que “os escravos eram itens do patrimônio dos fazendeiros tanto quanto os animais e os objetos inanimados”.

A visão difundida na época era que os escravizados eram peças integrantes dos bens de seus proprietários, eram apenas objetos. Objetos estes, que eram “guardados” em senzalas, que ficavam à parte da casa grande. A senzala era um lugar insalubre, não havia individualidade, “homens, mulheres e crianças viviam amontoados na senzala escura e calorenta” (Leandro, 2003, p. 90), era um pequeno espaço, onde não tinha ventilação, possuía apenas o mínimo de necessário de mobiliário.

Todavia, a obra menciona apenas um espaço, onde as escravizadas de Leôncio trabalhavam. “Na fazenda de Leôncio havia grande salão toscamente construído, sem forro nem soalho, destinado ao trabalho das escravas” (Guimarães, 2009, p. 40). O local é descrito como um lugar sem requinte, sem conforto, uma construção que foi feita sem nenhum zelo, porém, a descrição do lugar remete a um ambiente tão insalubre quanto a senzala. “Há de ser bem triste ficar aqui metida entre estas paredes esfumaçadas que só tresandam a sarro de pito e morrão de candeia” (Guimarães, 2009, p. 47).

O pelourinho não é citado na obra, porém é possível notar cenas de castigos e torturas no romance. “Em um escuro aposento atinente às senzalas onde Isaura, sentada sobre um cepo, com um dos alvos e mimosos artelhos preso por uma corrente cravada a parede, há dois meses se achava encerrada” (Guimarães,

2009, p. 131); “ao ver assomar na porta o vulto de Isaura, arrimado ao braço de Miguel, lívida e desconfigurada como enferma agonia” (Guimarães, 2009, p. 134).

Todavia, os castigos aplicados aos escravizados eram bastante severos, os indivíduos de cor de pele negra, eram açoitados, feridos, torturados, marcados com ferro quente, mortos. Enfim, os castigos eram de uma extrema violência e os proprietários empregavam essa forma de tortura como punição por qualquer ato que julgassem que fosse considerado insubordinação ou falta de respeito, como cita a obra. “Uma escrava que ousasse olhar com amor para seus senhores merecia ser severamente castigada” (Guimarães, 2009, p. 25).

Outra forma que merecia severo castigo era a fuga, os escravos que fugissem do cativo e fossem capturados recebiam as devidas punições e quem os ajudassem também, pois havia leis que amparava o dono do escravo. Isaura foi castigada porque fugiu com o seu pai e este por propor fuga e estar a posse de uma escrava foragida, também sofreu punição, como reporta a obra. “Fê-lo encerrar na cadeia e condenar a pagar todas as despesas e prejuízos que tivera com a fuga de Isaura, as quais fizera orçar em uma soma exorbitante” (Guimarães, 2009, p. 128).

O autor alerta os leitores em relação ao direito de posse que o dono do escravo possuía, e o outro lembrete faz menção a uma punição para quem fosse pego dando proteção ao fugitivo. “O senhor tem direito absoluto de propriedade sobre o escravo e só pode perdê-lo manumitindo-o ou alheando-o por qualquer maneira, ou por litígio, provando-se liberdade, mas por sevícias que cometera ou outro qualquer motivo análogo” (Guimarães, 2009, p. 104) e “Bem via que aos olhos do mundo tirar uma escrava da casa de seus senhores e proteger-lhe a fuga, além de ser um crime, era um ato desairoso e indigno de um homem de bem” (Guimarães, 2009, p. 77).

Todavia, era comum os escravizados fugirem de seus algozes, a fuga e a rebelião faziam parte do cotidiano das fazendas e centros urbanos. Quando se dava a falta do cativo, este era anunciado nos jornais da época. “Entre os anúncios de jornais mais populares no século XIX estavam os de busca por escravos fugitivos, nos quais se ofereciam também recompensas para quem os encontrassem” (Gomes, 2022, p. 204). A obra cita essa situação:

Fugiu da fazenda do Sr. Leôncio Gomes da Fonseca, no município de Campos, província do Rio de Janeiro, uma escrava por nome Isaura, cujos sinais são: Cor clara e tez delicada como de qualquer branca, olhos pretos e grandes[...] tem na face esquerda um pequeno sinal preto e, acima do seio direito, um sinal de queimadura semelhante a uma asa de borboleta[...]

Quem a apreender e levar ao dito seu senhor, além de satisfazerem todas as despesas, receberá a gratificação de 5:000\$000 (Guimarães, 2009, p. 89)

Os textos eram compostos por descrições dos fugitivos, informações sobre os aspectos físicos, algum hábito, costume, profissão. O endereço e o valor da recompensa vinham descritos no anúncio. Muitos cativos fugiam dos lugares de torturas, o sistema de cativo era tenebroso, aconteceram as piores atrocidades que o ser humano poderia sofrer. As fazendas foram os bastidores de várias barbáries, pois muitos crimes contra os cativos foram cometidos e por ficarem em locais afastados e sem uma lei que realmente punisse as torturas dos escravagistas, muitas vítimas padeceram e os crimes cometidos pelo seus algozes foram enterrados juntos com os cativos.

As fugas era apenas uma das várias formas de resistências que esses humanos, vitimizados pelo sistema escravista executaram contra os escravizadores. Uma das primeiras formas de resistência contra o cativo acontecia ainda no continente africano, pois, essas vítimas de “compradores de mercadoria humana”, ficavam trancados em armazéns esperando chegar mais pessoas para poder o carregamento ser completo, porque o custo da viagem entre África e Brasil era bastante caro e ao atingir a quantidade necessária de “carregamento humano”, eles eram então, transportados para os destinos, os quais, seriam escravizados. Enquanto aguardavam o transporte não permaneciam quietos, lutavam de todas as formas possíveis pela liberdade, ou seja, a rebelião era o meio que empregavam (Leite, 2017).

Outras formas de resistências foram empregadas como assassinatos de seus algozes, praticavam suicídios, as mulheres abortavam, provocavam insurreições e incendiavam plantações. Todavia, as fugas e as formações de quilombos, foram os grandes símbolos de resistência no país (Leite, 2017). Em meio a essa conjuntura de situações o trabalho servil nas cidades ou nas fazendas continuavam a ser angustiantes para os escravizados.

A vida na fazenda era árdua para os cativos, eles viviam em uma rotina extremamente exaustiva, acordavam antes do sol raiar e tinham que se prepararem para uma longa jornada de trabalho, passavam por uma contagem matinal. Gomes (2022) comenta que os cativos eram despertados pelo badalo de um sino de ferro ou toque de um berrante. A obra aborda um momento, no qual, os cativos são “chamados” pelo badalo de uma sineta, indicando a hora da janta. “Neste momento,

ouvem-se as badaladas de uma sineta, eram três para quatro horas da tarde, a sineta chamava os escravos a jantar” (Guimarães, 2009, p. 45).

Quando escutavam o badalar do sino teriam que comparecer até o local, o cativo que se atrasasse era repreendido, porém se esse atraso fosse rotineiro era punido por chibatada. A rotina da fazenda ainda incluía um momento de prece que era “puxada pelo próprio fazendeiro da varanda principal” (Gomes, 2022, p. 182), logo após esse momento, homens e mulheres com filhos pequenos iam caminhando até chegar ao local de trabalho, chegando à plantação estavam suscetíveis a sofrer qualquer tipo de violência, chicotadas eram dadas por feitores naqueles que eles julgavam estarem realizando o trabalho de modo lento.

O trabalho era intenso, muitos negros cativos acabavam adoecendo, pois, a alimentação era ínfima, não tinha calorias necessárias para suprir longas jornadas de trabalhos, “mesmo assim o negro, embora mal alimentado, trabalhava exaustivamente sob a vista coercitiva do feitor que tinha em mão o chicote” (Leandro, 2003, p. 45).

O trabalho era penoso, como mostram as seguintes passagens. “Não sei o que será melhor – observou outra escrava – se estar na roça trabalhando de enxada, ou aqui pregada na roda, desde que amanhece até nove, dez horas da noite” (Guimarães, 2009, p. 41) e “daqui a pouco nós todo vai pra roça puxar enxada de sol a sol, ou pra cafezal apanhar café e o pirai do feitor ai rente atrás de nós” (Guimarães, 2009, p. 41). O feitor era o carrasco que muitos cativos temiam devido a sua crueldade, a figura desse algoz aparece no seguinte trecho. “Antes aqui, mil vezes! Aqui ao menos a gente sempre está livre do maldito feitor!” (Guimarães, 2009, p. 41). O feitor recebia ordem para agir com violência diretamente do fazendeiro, um dono mal era um sofrimento para o cativo, como reporta a obra “Quem teve a desgraça de nascer cativo de um mal senhor, dê por aqui, dê por acolá, há de penar sempre. Cativo é má sina” (Guimarães, 2009, p. 41).

O sistema escravagista possuía até manuais para os fazendeiros, os quais recomendavam o uso da violência para intimidar os cativos, ou seja, o escravizado deveria ser submisso ao seu proprietário, pois a cultura da submissão era pregada, o cativo deveria ser trabalhador e de boa conduta para com o seu proprietário. Isaura, é moldada nesse espírito de submissão, como reportam os seguintes trechos. “Isaura. Era esta com efeito de índole tão bondosa e fagueira, tão dócil, modesta e submissa [...] conquistava logo, ao primeiro encontro, a

benevolência de todos” (Guimarães, 2009, p. 17); “Mostras que és uma rapariga dócil e de juízo” (Guimarães, 2009, p. 135) e “Acabrunha-me de trabalho. Condena-me ao serviço mais grosseiro e pesado, que a tudo me sujeitarei sem murmurar” (Guimarães, 2009, p. 59). Esse era o tipo de comportamento que o cativo ideal deveria possuir, mas aqueles que resistiam ao cativo eram castigados.

Leandro (2003) relata que os cativos que não eram submissos e que resistiam ao cativo eram malvistas pelos donos e morriam à míngua, entretanto, submissos ou não, muitos morreram ou foram sequelados fisicamente e emocionalmente pelo tratamento cruel dos fazendeiros. Apesar desse cenário, a lavoura cafeeira ia se expandindo cada vez mais e a escravização do negro continuava sendo um bom negócio, mesmo quando o movimento abolicionista começou a ganhar um contexto na sociedade oitocentista brasileira.

Apesar desse contexto, a lavoura de café ia se expandindo, tornando-se lucrativa para os fazendeiros e escravização do negro continuava sendo um bom negócio mesmo quando o movimento abolicionista começou a ganhar um contexto na sociedade oitocentista. As transformações na estrutura social e econômica ocorridas no Império brasileiro coincidiram com a ascensão do movimento abolicionista, os grupos emergentes do movimento mantinham uma estreita relação de contato com os abolicionistas britânicos.

O movimento defendia o fim da escravidão de forma gradual e segundo Costa (2010, p. 48) “para muitos, a luta pela abolição foi, como a luta por outras reformas [...] uma arma na luta pelo poder”. Isto é, havia um descontentamento dos grupos sociais que estavam ascendendo economicamente contra as oligarquias tradicionais que detinham o monopólio de poder, e esta por sua vez, estava enfrentando um conflito interno. E este fator foi estopim para que várias pessoas apoiassem as diferentes reformas face ao progresso da nação e umas dessas reformas estava a abolição da escravatura.

Os abolicionistas pertenciam à classe média social brasileira, a qual estava formada por médicos, engenheiros, escritores, advogados. No romance Bernadino o personagem Álvaro é pertencente a essa classe, “filho único de uma distinta e opulenta família [...] não podia deixar de ser abolicionista” (Guimarães, 2009, p. 69). Porém, Viotti (2010) aponta que entre esse grupo existiam também homens simples e “mulatos que tiveram acesso às camadas superiores da sociedade mediante o sistema de clientela e patronagem” (Costa, 2010, p. 49).

Todavia, no grupo existia quem defendesse os interesses dos escravocratas e tinha também os mais radicais do movimento, que incentivavam as agitações nas senzalas e ajudavam na fuga dos escravizados. “O abolicionismo não se definiu em termos puramente raciais” (Costa, 2010, p. 50).

Alguns fervorosos do movimento prol abolição mantiveram seus preconceitos raciais, como Joaquim Nabuco. Muitos usaram o movimento ao seu próprio interesse. O romance evidencia que a luta abolicionista de Álvaro ficou restrita apenas para libertar Isaura do cativo, segue os trechos da obra. “[...] hei de disputar Isaura à escravidão com todas as minhas forças e espero que Deus me favorecerá em tão justa e santa causa” (Guimarães, 2009, p. 104); “Minha fortuna, minha tranquilidade, minha vida, tudo sacrificarei para libertar-te do jugo desse vil tirano” (Guimarães, 2009, p. 115); “nobre e generosa missão de arrebatá-la à escravidão” (Guimarães, 2009, p. 144) e “Eu me julgo mais feliz dos mortais em poder oferecer-te a mão de esposo!” (Guimarães, 2009, p. 148).

Bernardo Guimarães finaliza o romance com a consagração da liberdade de Isaura junto ao seu pedido de casamento. Ela foi a única cativa a receber liberdade total das mãos de Álvaro, pois os seus libertos negros tiveram que trabalhar na fazenda de sua propriedade, como aponta a seguinte passagem. “A fazenda lhes era dada para cultivar [...] tinham a segura subsistência e poderiam adquirir algum pecúlio, como também poderiam indenizar a Álvaro do sacrifício que fizera com a sua emancipação” (Guimarães, 2009, p. 70).

Os libertos, dessa forma, continuariam no jugo da submissão total ao ato de “benevolência” articulado pelo fazendeiro. Em suma, a campanha abolicionista foi ganhando novos contextos, abrangendo a participação de várias pessoas que abraçaram a causa de modo mais veemente em favor dos cativos, e um dos principais representantes da causa negra foi o intelectual escritor Luiz Gama. Segundo Bosi (2006, p.144), Bernardo Guimarães não pensou em “reconstruir as misérias do regime servil”.

O romance é considerado abolicionista, todavia, a personagem principal da obra é uma escrava branca que se distancia das mazelas e preconceitos que foram dotadas às pessoas negras. No capítulo final deste trabalho será abordado a distinção na construção da imagem de Isaura e Rosa, ambas escravizadas, porém apenas uma foi agraciada pelo romancista. Vale ressaltar que no período do século XIX foram criadas leis que coíbiam a escravidão no Brasil, como a lei Eusébio de

Queirós, criada em 1850, e que visava ao fim do tráfico negreiro. Em 1871 surge a lei do Ventre Livre que tinha como finalidade libertar os filhos de escravos nascidos a partir dessa data no país; a lei dos Sexagenários, em 1885, que prometia libertar os escravos com mais de sessenta anos.

Essas leis têm algo em comum entre elas “não passou de promessas” (Gomes, 2022, p. 103), não saíram do papel e em muitos casos não atenderam às expectativas dos cativos, porém, o “fator decisivo na mudança de atitude dos fazendeiros das regiões cafeeiras, principal reduto do escravismo, foi a rebelião das senzalas” (Costa, 2010, p. 52). Esse fato, atrelado às transformações estruturais e pressões políticas que a nação estava enfrentando, culminaram para a criação da última lei que definiu a extinção da escravidão no país, que foi a Lei Áurea de 1888.

4.1 O olhar literário distinto de Bernardo Guimarães na representação das personagens Isaura e Rosa na obra *A escrava Isaura*

Durante o período oitocentista brasileiro, algumas práticas da época colonial foram mantidas, dentre elas, estava o escravismo e a mentalidade patriarcal, ambos sistemas opressores. E as mulheres brancas e negras cativas ou libertas estavam inseridas nesse ambiente, mas a mulher cativa ou forra era inferiorizada, devido a sua cor de pele negra, tinha a imagem estereotipada, carregada de preconceito e vivia sobre o terror do sistema escravista desde a sua chegada à América, ou seja, quando os primeiros navios negreiros trouxeram africanos para ser escravizados, vieram a bordo poucas mulheres, pois até esse momento não era tão valiosas em comparação ao homem negro.

bell hooks comenta que “quando o negócio de escravos se impulsionou, as mulheres foram um terço da carga humana a bordo da maior parte dos navios” (hooks, 2014, p. 15). Tornaram-se presas fáceis de ladrões e receptadores, elas viraram alvos dos escravagistas e eles usavam de estratégias, como capturar as mulheres mais importantes de uma determinada localidade, a fim de atrair os homens e capturá-los também, porém, a bordo dos navios as torturas começavam, pois, era uma forma de intimidação para não haver insurreições.

Homens e mulheres ficavam despidos após as marcações de ferro em seus corpos e essas cenas de torturas físicas inspiravam também terror psicológico, a estratégia era “reprimir a sua consciência de povo livre e a adotar a identidade de escrava que lhe foi imposta” (hooks, 2014, p. 16). Era necessário torná-los

submissos ao novo processo de escravização, as torturas acabaram sendo aplicadas com o intuito em gerar temor nos escravizados. E ao chegarem ao destino de sua escravização eram vendidos como mercadorias, pertenciam ao comprador escravagista. O estigma do cativo marcava os seus corpos, além das marcações de ferro quente indicando a quem pertenciam.

Por outro lado, as mulheres brancas do período oitocentista, passaram por uma transformação em relação a sua imagem de mulher, ou seja, antes elas eram vistas por pecaminosas, a visão cristã as associava como sedutoras sexuais, responsáveis por trazer o pecado ao mundo, eram criaturas carnis. “A luxúria sexual foi originada por ela e o homem foi vítima do seu luxurioso poder” (hooks, 2014, p. 23). Isso só poderia ser mudado através de uma intervenção divina e como os religiosos da época julgavam ser os agentes de Deus aqui na terra, passaram a monitorar a virtude da mulher.

“Eles instigaram leis que governaram o comportamento sexual da mulher branca, assegurando que elas não seriam tentadas em perderem-se da força do estreito caminho” (hooks, 2014, p. 23), isto é, as mulheres que ousassem sair do espaço que foi demarcado pelo homem para elas, seriam punidas severamente. A mulher teria que ser passiva e subordinada, requisitos que compõem as características da figura feminina do século XIX, elas teriam que ser boa mãe, esposa, possuidora de virtude, pura, recatada e dócil, exercendo assim, o desejo do patriarcalismo.

Nesse contexto paradoxal do século XIX, é que vivem as mulheres negras cativas/libertas e brancas, é nesse universo que o romance *A escrava Isaura*, está inserido. A obra tem a intenção de sensibilizar o público sobre a escravidão, apresenta as figuras de Isaura e Rosa, ambas mulheres escravizadas, que estão ligadas pelas “correntes” do cativo, mas mantêm uma relação de distinção devido a cor de pele, ou seja, Isaura se distâcia “no seu parecer não negra, mas nívea donzela [...], o que explica a beleza ‘branca’ de Isaura é a permanência de padrões estéticos europeus” (Bosi, 2006, p. 144). A heroína de Guimarães apresenta traços europeus, que apesar de ser filha de Juliana, uma mulher negra cativa, ela herdou os seus traços portugueses do seu pai Miguel.

Isaura é descrita no romance como “nobre figura de moça [...]. A tez é como marfim do teclado, alva que não deslumbra, embaçada por uma nuance delicada, que não sabereis dizer se é leve palidez ou cor-de-rosa desmaiado”

(Guimarães, 2009, p. 09). Isaura nasceu de pele branca e representa a figura da mulher burguesa, dotada de pré-requisitos dignos que uma dama deveria possuir, aprendeu a ler e escrever, sabia tocar piano, rezava, cantava, aprendeu outros idiomas, sabia desenhar. Como reporta a obra “procurou-lhe também mestre de música, de dança, de italiano, de francês, de desenho, comprou-lhe livros e empenhou-se em dar a menina a mais esmerada e fina educação como faria para com uma filha” (Guimarães, 2009, p. 16). Essas características faziam parte da construção social burguesa para as mulheres.

Outro fator que distanciava Isaura de Rosa é em relação à educação, a cativa branca recebeu uma “educação como não tiveram muitas ricas e ilustres damas” (Guimarães, 2009, p. 11). O autor do romance deixa transparecer que os cativos que possuíssem um tom de pele mais claro, com características dos fenótipos de Isaura, poderiam receber uma educação adequada, representaria a “salvação” da nação, mas teria que haver o casamento com um branco, para poder dar certo o projeto de clareamento. “Sempre é alguma coisa sair do cativeiro e casar-se com um homem branco e livre” (Guimarães, 2009, p. 135), era uma maneira mais curta para promover o clareamento da população após abolição, esse era o pensamento de várias figuras importantes da época.

A personagem Rosa é apresentada como antagonista do enredo, contrastando com a imagem do cativeiro de Isaura, Bernardo Guimarães começa a descrever Rosa do seguinte modo: “esbelta e flexível de corpo, tinha um rostinho mimoso, lábios um tanto grossos, mas bem modelados, voluptuosos, úmidos e vermelhos (Guimarães, 2009, p.40). Rosa é anunciada ao público leitor com a imagem de seu corpo sexualizado, os detalhes da sua fisionomia tomam um tom de erotização, despertando o imaginário da sensualidade dessa mulher.

As mulheres negras não foram agraciadas com a mesma visão de remissão que as mulheres brancas tiveram sobre sua imagem, pelo contrário, elas tiveram sua figura inferiorizada, carregada de atributos negativos, o seu corpo era associado à luxúria, como aponta hooks (2014, p. 25), “como a mulher foi designada como causadora do pecado original, as mulheres negras eram naturalmente vistas como a personificação da maldade e da luxúria sexual”.

Esse desejo sexual que o homem branco mantinha sobre as cativas, era justificado pela visão difundida por eles sobre a natureza pecaminosa delas, eram

pagãs sexuais, sedutoras e selvagens sexuais que acabavam induzindo-os ao pecado, para muitos, a mulher negra não era vista como inocente.

A visão da sexualização do corpo negro era bastante propagada pela sociedade da época. Segundo Gomes (2022) as mulheres da elite agiam como cafetinas, elas utilizavam de suas cativas para explorá-las sexualmente, isto é, as cobriam de joias e roupas que insinuavam sensualidade e as mandavam para as ruas carregando uma autorização, logo, o dinheiro arrecadado teria que ser devolvido para sua proprietária. hooks (2014, p.15) corrobora o estudo de Gomes no que tange a exploração sexual das negras escravizadas, que “frequentemente, usavam o termo ‘prostituição’ para se referirem à compra e venda de mulheres negras para o propósito da exploração sexual”. As cativas se tornaram também um produto rentável em relação à exploração sexual de seus corpos, entretanto, dificilmente recebiam algum tipo de pagamento pelo uso dele.

O romance de modo camuflado aborda o uso do corpo da cativa, mas com um atenuante, como se ela legitimasse que isso ocorresse, consentindo seu uso mediante o ganho de alguns presentes pelos “favores” sexuais ao seu proprietário. Rosa é “personificação” da cativa que negocia seu corpo almejando algum benefício, nem que seja para ostentar uns brinquinhos de ouro, como reporta a obra. “Se não fossem os brinquinhos de ouro, que lhe tremiam nas pequenas e bem molduradas orelhas” (Guimarães, 2009, p. 40). Esse adorno de valor que se encontrava à mostra no corpo da escravizada, poderia ser advindo dos seus “favores sexuais” destinado ao fazendeiro Leôncio, e este, por sua vez, “a retribuía de alguma forma por satisfazer seus impulsos libidinosos”.

O teor sexual referido a Rosa está atrelado aos preconceitos que as mulheres cativas carregavam, sexualidade e raça, condições intrínsecas relacionadas ao corpo negro. Outra conotação sexualizada a qual o seu corpo foi exposto é retratada na seguinte passagem. “Os túrgidos e ofegantes seios que, como dois trêfegos cabritinhos, lhe pulavam por baixo da transparente camisa” (Guimarães, 2009, p. 40). Os seios ficavam à mostra para qualquer um ver, através da transparência de sua vestimenta dando a ideia de que Rosa era faceira, provocativa, libidinosa, inescrupulosa, sensual e devassa.

O erótico atrelado ao corpo das escravizadas levou muitas mulheres a sofrer massivos abusos sexuais, “brancos e negros forçaram as mulheres escravas mais vezes” (hooks, 2014, p. 27). A violação das mulheres ocorria de várias formas,

desde a obrigação em iniciar a vida sexual dos filhos do seu proprietário, a servir para gerar braços para a escravatura, até ser violentadas por homens negros escravizados, capatazes e o proprietário. Havia um mito difundido que a luxúria era de natureza das mulheres negras, logo, a violação do seus corpos era em decorrência desse fator.

Na perspectiva de Leandro (2003) esses abusos sexuais foram feitos mediante torturas psicológicas e físicas, se por acaso a cativa ousasse denunciar, a justiça senhorial da casa grande a levava para o tronco. Um outro abuso recorrente era em relação à violação infantil, como aponta Leandro (2003, p. 91), “a prostituição infantil das crianças negras não foge às constantes preocupações de Coelho Neto, que denuncia esse atentado bárbaro contra a moral da mulher”. A exploração infanto-juvenil não se restringia apenas aos trabalhos na casa grande ou fazenda, em muitos casos foram sexuais.

Nas entrelinhas do romance há uma passagem em que dar a entender que Rosa era uma cativa bem jovem, “distinguia-se uma rapariguinha, a mais faceira e gentil que se pode imaginar nesse gênero. [...] que ralé era esta criança que tinha o bonito nome Rosa” (Guimarães, 2009, p. 40). Logo, a vida sexual dessa cativa teria sido iniciada cedo, mesmo o autor afirmando que ela era de “fácil conquista”, como aponta a obra. “Rosa havia sido, de há muito, amásia de Leôncio, para quem fora fácil conquista que não lhe custou nem rogos nem ameaças” (Guimarães, 2009, p. 44). Rosa mais uma vez é retratada pelo autor como vulgar, pois aceitava de bom grado ser amante do seu proprietário e ele não achava que esse ato era indecoroso, porque “para eles os cativos eram desprovidos de valores morais” (Leandro, 2003, p. 91). O pensamento da época era que os escravizados por serem “selvagens”, desconheciam os princípios morais.

Isaura era o oposto de Rosa, educada e modesta, rejeitava as investidas sexuais de Henrique, de Leôncio e do escravizado André, como reporta os seguintes trechos. “Além da liberdade, terás tudo que desejares, sedas, joias, carros, escravos [...] Por piedade Isaura - insistiu o rapaz, continuando a querer abraçá-la – Oh!... Não fales tão alto! Um beijo... Um beijo só e já te deixo” (Guimarães, 2009, p. 22); “Tuas ordens quaisquer que sejam, os teus menores caprichos serão pontualmente cumpridos; e eu, melhor do que faria o mais terno e o mais leal dos amantes” (Guimarães, 2009, p. 57) e “o maroto do pajem avizinhandose de Isaura, foi lançado desembaraçadamente o braço em torno do colo, como quem queria falar-lhe em

segredo, ou talvez furta-lhe um beijo” (Guimarães, 2009, p. 47). Todas essas investidas não tiveram sucesso com a escrava branca.

Apesar de Isaura pertencer a Leôncio, ele não conseguiu satisfazer seus desejos sexuais com ela, o corpo da mulher branca era atrelado à pureza, inocência e castidade, o autor deixou enfático que Isaura manteve-se pudica mesmo estando ao lado de Álvaro, seu grande amor. “Nunca de sua parte um gesto mais ousado [...] e nem tampouco os lábios de Álvaro lhe haviam roçado o mais leve beijo pelas virginais pudicas faces” (Guimarães, 2009, p. 116).

O corpo da cativa branca não foi violado, resistiu aos impulsos do seu proprietário e aos castigos impostos por ele, porém, ele nunca quis usar da força para abusar de Isaura, porque queria que ela cedesse aos seus desejos, por livre e espontânea vontade. Como ela estava representando o corpo branco e ele estava atrelado à mentalidade patriarcalista e religiosa, a consumação do ato sexual seria destinada para o casamento como propagado pela visão cristã.

A protagonista Bernardiana possui qualidades que a enaltecem e as distinguem dos demais escravizados, principalmente de Rosa. Isaura desde o primeiro capítulo da obra é retratada como “uma bela e nobre figura de moça” (Guimarães, 2009, p. 09). O seu trato era diferenciado como reporta as primeiras linhas da narrativa. “Hão de pensar que és maltratada, que és uma escrava infeliz, vítimas de senhores bárbaros e cruéis” (Guimarães, 2009, p. 09), Isaura foi criada dentro da casa da grande e recebeu boa educação como uma sinhá.

Ela era “joia tão preciosa, [...] uma escrava tão linda e tão bem tratada” (Guimarães, 2009, p. 20). Algo bastante incomum um escravizado receber elogios. É retratada como gentil escrava, heroína, “pomba sem fel, que com ser o que é, bonita e civilizada como qualquer moça branca” (Guimarães, 2009, p. 42). Isaura é relacionada diretamente a uma pessoa branca, se distanciando de seus companheiros de cativeiro no seu não parecer negra.

Ela foi agraciada e dotada pelo céus, “linda como os anjos” (Guimarães, 2009, p. 63); comparada com a “Vênus [...] reino das fadas” (Guimarães, 2009, p. 90), ela foi retratada como um ser místico. Ela é constituída de adjetivos como “formosa escrava”, “linda escrava” e “bela fugitiva”. Esse tom de tratamento não era utilizado pela sociedade para elogiar os escravos, principalmente os que fugiam.

A obra é dotada de elementos que diferem das situações do cativeiro como mostra algumas passagens. “Agradeceu-me com um sorriso tão encantador

que estive em termos de cair de joelhos aos seus pés” (Guimarães, 2009, p. 64). Isaura sendo representada nessa passagem com um ídolo prestes a ser reverenciado. “Dança, canta, conversa, mostra-te alegre e satisfeita, que longe de te suporem uma escrava, são capazes de pensar que és uma princesa” (Guimarães, 2009, p. 73). Ela recebeu uma boa educação mesmo sendo uma cativa, algo incomum para a época e não transparece ser do cativeiro, mas exala pertencer à elite. “Alma sincera e escrupulosa” (Guimarães, 2009, p. 78). Isaura foi a exceção, pois os negros eram considerados sem alma.

O seu corpo não tinha marca de ferro quente que indicasse ser propriedade de alguém, mas “acima do seio direito, um sinal de queimadura, mui semelhante a uma asa de borboleta” (Guimarães, 2009, p. 89). Isaura não foi marcada como muitos dos seus parceiros de cativeiro, trazia no peito apenas uma delicada cicatriz em formato de asa de borboleta. Isaura mais uma vez se diferencia dos seus pares, como reporta a obra. “Parecia a garça – real, alçando o colo garboso e altaneiro, entre uma chusma de pássaros vulgares” (Guimarães, 2009, p. 44). Isaura ao lado dos cativos é retratada com superioridade e eles com inferioridade.

Isaura foi uma protagonista construída por Bernardo Guimarães com moldes que propagam as mulheres da elite do século XIX, com os seus dotes, um ser assim, de tez clara, não merecia estar vivendo em regime de cativeiro, só por ter sido filha de uma escrava negra, não poderia carregar o estigma da escravidão. O autor ao criar sua heroína estava pensando no sofrimento dos mestiços de pele clara, aqueles que com boa educação poderia representar o futuro da nação.

O romance é uma crítica ao sistema escravista, porém, ao introduzir o negro da senzala utilizando a imagem de Rosa, o romancista cria em sua narrativa uma representação estereotipada do negro no Brasil. Segue alguns trechos referentes à imagem negativa de Rosa no romance. “Agora fica fazendo as vezes de sinhá Malvina - acudiu Rosa com seu sorriso maligno e zombeteiro” (Guimarães, 2009, p. 41). Rosa vai ganhando o contexto de ser possuidora de maldade. É a representação da figura demoníaca atrelada ao negro. “Rosa deu um muxoxo e fez um momo desdenhoso” (Guimarães, 2009, p. 42). Aqui ela é representada como alguém que age com indiferença. “Invejosa e malévola Rosa [...] que má - língua é esta Rosa” (Guimarães, 2009, p. 42). É adjetivada como invejosa e fofqueira. “Rosa

mordeu os beijos de despeito e ia responder com todo o atrevimento e desgarre que lhe era próprio” (Guimarães, 2009, p. 43).

A má educação provinha de sua natureza. Rosa também é chamada de “maligna”, “fácil conquista”, “vingativa”, “maliciosa”, “forte linguinha de víbora”, “maligna mulata” e perversa mulatinha. E em relação a Isaura, Rosa demonstrava ter por ela uma “inveja e aversão mortal” (Guimarães, 2009, p. 44). “Tem razão, também uma rapariga civilizadona e mimosa como você não deve comer no caldeirão dos escravos” (Guimarães, 2009, p. 45). A ironia fazendo parte do seu caráter. “Rosa, que também é uma rapariguinha bem bonita [...] o que é ela ao pé de você” (Guimarães, 2009, p. 47). Sua beleza é inferiorizada, pois não compete com a de Isaura. “Uma êmula terrível e desapiedada” (Guimarães, 2009, p. 48). É uma rival mau-caráter. “Malvina era boa e confiante e nunca teria duvidado da inocência de Isaura, se não fosse Rosa, sua terrível êmula e fidalgal inimiga” (Guimarães, 2009, p. 53). É apontada como causadora de discórdia.

E para finalizar sobre a má imagem que os negros carregavam na trama folhetinesca é relatado em uma cena a alegria de Rosa e André, enquanto Isaura estava no quarto ao lado acorrentada. Segue o trecho: “Enquanto Rosa e André espanejavam os móveis do salão, tagarelando alegremente, uma cena bem triste e pungente se passava” (Guimarães, 2009, p. 131). Ambos escravizados passaram a imagem que são desalmados e não se compadecem com o sofrimento alheio.

O romance chama atenção para o sistema escravagista, foi escrito com o propósito de denunciar o regime de escravidão, o autor utiliza uma escrava branca aburguesada para retratar esse sistema, porém, ao retratar os cativos negros, não consegue se afastar dos preconceitos construídos e atribuídos a eles durante o século XIX.

5 CONCLUSÃO

A proposta deste estudo foi de analisar o romance regionalista *A escrava Isaura*, de Bernardo Guimarães, no que tange a distinção do olhar que o autor adotou ao representar as personagens Isaura e Rosa. Sendo este um trabalho que visa contribuir em estudos futuros no âmbito sobre como era a representação do negro na literatura brasileira do século XIX.

Nessa obra romanesca o escritor Guimarães critica a escravidão, porém utiliza uma personagem branqueada para retratar o período escravagista brasileiro. O romancista mineiro ao tecer sua heroína, acaba por se distanciar da questão humana da escravidão, pois exalta a tez branqueada da personagem Isaura e a proveu com valores burgueses, propagando uma aproximação com os preceitos morais europeus, na intenção de causar no leitor uma compaixão pelos seus pares de pele clara que estavam “acorrentados” pelo sistema servil, ou seja, os cativos nascidos com um tom de pele claro estavam sofrendo as mazelas do sistema escravista e o corpo branco não poderia ser vítima desse sistema opressor que negava a humanidade para os escravizados.

Todavia, os corpos negros sofriam com os estigmas da escravidão, porque eram considerados não humanos e mereciam ser tratados como animais. O negro era visto como mercadoria, sem nenhuma dignidade humana. O corpo branco, “possuidor de alma”, e que se encontrava em regime de cativo deveria receber uma boa educação e liberdade, o que resultaria posteriormente em uma contribuição para o progresso da nação.

O negro carregava os estigmas e estereótipos da escravidão, fatos que foram propagados nas entrelinhas do romance. A personagem Rosa e outros afrodescendentes de pele mais escura que a cativa Isaura foram retratados com um olhar inferior e indiferente. Rosa foi rotulada com estereótipos atrelados ao corpo da mulher negra, foi descrita como possuidora de luxúria, vulgaridade e sem caráter.

O romance analisado parte do pressuposto em condenar a escravidão, no entanto, os personagens afrodescendentes de pele escura foram carregados de estereótipos, reforçando ainda mais o preconceito existente em relação ao negro na sociedade oitocentista. A cativa Rosa é vítima do olhar estereotipado do autor, a construção da sua imagem é negativa e preconceituosa, ficando explícito o preconceito racial do autor em relação ao corpo negro ao não ver beleza nos traços negroides, pois no seu parecer, quanto mais escura for a cor de pele mais feio e inferior será o indivíduo.

Rosa é sensual, malévola e sem pudor, enquanto Isaura, com o seu tom de pele branqueado, é bela, educada e digna de compadecimento. Em suma, o romance escrito por Bernardo Guimarães durante o período oitocentista propaga os

preconceitos raciais e a inferiorização do negro em detrimento das características da pele branca.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Márcia *et al.* **Caminhos do romance no Brasil: séculos XVII e XIX.** São Paulo: Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2005. Disponível em: <http://www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br/estudos/ensaios/caminhos.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2024.
- BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira.** 43ª ed. São Paulo: Cultrix, 2006.
- BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização.** 4ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- CANDIDO, Antonio. Direitos humanos e literatura. *In*: FESTER, A. C. Ribeiro (org.). **Direitos humanos e...** São Paulo: Brasiliense, 1989.
- CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura: momentos decisivos.** 5ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.
- CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade.** Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.
- CANDIDO, Antonio. **Iniciação à literatura brasileira: resumo para principiantes.** 3º ed. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 1999.
- CASTILHO, L. de Andrade. **Os caminhos do romance.** Revista Cespuc, v. 1, n. 24, p. 4 -14, 21 de maio de 2014.
- COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia.** 5ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010.
- COUTINHO, Afrânio. **Notas de teoria literária.** Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008.
- CULLER, Jonathan. **Capítulo 2 – O que é literatura e tem ela importância?** Teoria literária; uma introdução. Tradução de Sandra Vasconcelos. São Paulo: Beca, 1999. p. 26-47.
- GOMES, Laurentino. **Escravidão: da independência do Brasil à Lei Áurea.** Rio de Janeiro: Globo livros, 2022. v. 3.
- GUIMARÃES, Bernardo. **A escrava Isaura.** Jaraguá do Sul: Avenida Gráfica, 2009.
- GUINSBURG, Jacob. **O romantismo.** São Paulo: Perspectiva, 2002.
- HOOKS, bell. **Não sou eu uma mulher.** Mulheres negras e feminismo. Plataforma Gueto, 2014. Disponível em: https://plataformagueto.wordpress.com/wp-content/uploads/2014/12/nc3a3o-sou-eu-uma-mulher_traduzido.pdf. Acesso em: 10 jun. 2024.

KAVISKI, Ewerton; FUMANERI, Maria Lúsa Carneiro. **Literatura brasileira: uma perspectiva histórica**. Curitiba: Intersaberes, 2014.

KURY, Adriano da Gama. **Minidicionário Gama Kury da língua portuguesa**. 2.ed. São Paulo: FTD, 2007.

LEANDRO, Eulálio de Oliveira. **O negro na obra de Coelho Neto**. Imperatriz: Ética, 2003.

LEITE, Maria Jorge dos Santos. Tráfico Atlântico, escravidão e resistência no Brasil. **Sankofa (São Paulo)**, São Paulo, Brasil, v. 10, n. 19, p. 64–82, 2017. DOI: 10.11606/issn.1983-6023.sank.2017.137196. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/sankofa/article/view/137196>. Acesso em: 09 jun. 2024.

WATT, Ian. **A ascensão do romance**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.